

Debate Sindical



ENTREVISTA

Renato Rabelo:
"É preciso encurtar
o mandato de FHC"

POLÊMICA

**A contribuição
sindical deve
mesmo acabar?**

DIEESE

**Balanço das
greves na
década de 90**

RECURSOS DO FAT

Um novo sindicalismo de Estado?

Um presente inesquecível ... para você e os(as) amigos(as)

Você economiza R\$ 14,00 (assinatura: R\$ 30,00; agenda: R\$ 22,00) e recebe duas publicações indispensáveis. A revista Debate Sindical é a única publicação no país especializada no estudo do sindicalismo. A agenda "Brasil - Outros 500" resgata a luta do povo brasileiro nas suas 393 páginas, com mais de 3.200 datas e 800 ilustrações.

PROMOÇÃO ESPECIAL:
ASSINATURA E AGENDA (R\$ 38,00)

Cupom de Assinatura

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____

Cidade _____

Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

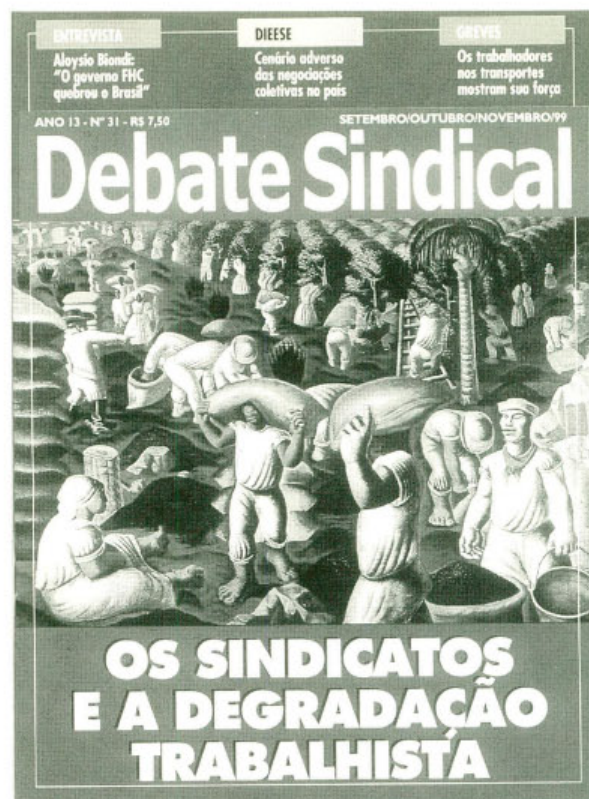
Correio eletrônico _____

Forma de pagamento:

☐ Cheque nominal ao CES. Valor de R\$ _____

☐ Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do

Brasil, Agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)



Debate Sindical

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianei Martins

Wagner Gomes

Projeto gráfico:

Caco Bisol (0__51 212-4063)

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves (289-9574)

Edição de fotos:

Alexandre Machado (263-1969)

Revisão:

Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

Editora Parma



- 4** As lições do "dia nacional de protesto"
JOÃO BATISTA LEMOS
- 8** "Neoliberalismo passa por extrema fadiga"
ENTREVISTA: RENATO RABELO
- 12** Desemprego penaliza a juventude
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13** Balanço das greves na década de 90
ANTONIO PRADO
- 14** A contribuição sindical deve acabar?
POLÊMICA: LUIZ MARINHO/WAGNER GOMES
- 20** Os efeitos das mudanças na Previdência
JANDIRA FEGHALI
- 23** A fraude do orçamento para 2000
SÉRGIO MIRANDA
- 26** Urgência da rede sindical mundial
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 27** FAT: um novo atrelamento ao Estado?
ALTAMIRO BORGES
- 33** Princípios do sindicalismo classista
SÉRGIO BARROSO
- 36** PEC avança contra os sindicatos
COLUNA: ULISSES RIEDEL
- 37** A ditadura na Fiat de Betim
ALVIMAR DA LUZ DIAS
- 40** O desastre da política agrícola
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
- 43** "EUA ameaçam intervir na Colômbia"
ENTREVISTA: LUÍS EDUARDO GARZON
- 45** "Terceira via": mera continuidade?
RICARDO ANTUNES
- 48** Homenagem a Santo Dias
GUIOMAR PRATES
- 49** Sindicatos brasileiros na encruzilhada
ADALBERTO MOREIRA CARDOSO
- 53** Resenhas de livros
EDILSON GRACIOLI/EURENICE LIMA/AUGUSTO BUONICORE
- 57** Cartas
- 58** 10 anos de lutas e experiências da CSC
COLUNA: GILDA ALMEIDA

JOÃO BATISTA LEMOS

EM DEFESA DO EMPREGO E DO BRASIL

FORUM NACIONAL DE LUTA POR
TERRA, TRABALHO, CIDADANIA E PENSAMENTO

As lições do “dia nacional de protesto”

No dia 10 de novembro ocorreram protestos na maioria das capitais contra o governo neoliberal de FHC. Foram destaques as passeatas realizadas em Salvador, Porto Alegre, João Pessoa, Recife e as paralisações dos metroviários e condutores de São Paulo. Mas o dia nacional de “paralisação e protestos em defesa do emprego e do Brasil” teve alcance limitado. Existiam

razões ou não para os trabalhadores pararem as máquinas e os serviços? Quais as condições para tal mobilização?

As várias lideranças do movimento sindical cutista afirmavam que havia razões de sobra para uma grande paralisação: repique inflacionário, arrocho salarial, desemprego, privatizações, redução e flexibilização de direitos e os projetos

de emendas constitucionais, como o “reductor previdenciário”, a comissão paritária de conciliação prévia, as férias repartidas, entre outros.

DISPOSIÇÃO DE LUTA

Os acontecimentos anteriores ao dia 10 de novembro e os atuais apontam para uma mudança, uma flexão de avanço na consciência e

disposição de luta dos trabalhadores, como demonstram a “marcha dos 100 mil” a Brasília e o abaixo-assinado de mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas pelo fim do governo FHC, promovido pelo Fórum Nacional de Lutas; a greve dos caminhoneiros; a Marcha pela Educação e a Marcha dos Sem Terra, que envolveram milhares de trabalhadores. Mas o mais significativo para esta avaliação são as últimas greves operárias promovidas pelo “festival de greves” e pelas campanhas salariais. O episódio da Fiat em Betim/MG é de grande significação.

A Fiat, além dos novos métodos gerenciais de envolvimento e cooptação dos empregados, utiliza-se também de uma política anti-sindical e fascista para intensificar a exploração, reduzindo direitos e salários. Desde 1984, o sindicato não tinha conseguido dar respostas a estes desmandos. Numa ação conjunta do sindicato, CUT e Força Sindical, foi possível parar por três horas a empresa, numa manifestação na porta da fábrica, que foi interrompida por uma dura repressão da PM, comandada pela Fiat.

A repercussão no dia seguinte no interior da empresa foi totalmente favorável aos trabalhadores e ao Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, e de repulsa à diretoria da empresa. Como resultado, o sindicato conquistou o retorno de 14 diretores que foram suspensos durante a campanha salarial, direito de sindicalização, dois dias por mês, até o final do primeiro semestre do ano 2.000, nos restaurantes da empresa, e aumento real de até 4%.

A greve de ocupação na

Tekside, empresa do grupo Fiat, também em Betim, com mais de 3.200 trabalhadores, e da Delphi, empresa do grupo GM, em função principalmente da demissão de 14 companheiros, deram o sentido de resgate da dignidade daqueles que produzem as riquezas do país. É importante registrar também que as greves metalúrgicas em Campinas e São José dos Campos (SP), em Contagem (MG) e no Rio de Janeiro trouxeram resultados positivos. O que se soma com outros setores: bancários, petroleiros, transportes, funcionalismo público, etc.

PROBLEMAS DE DIREÇÃO

Estes acontecimentos apontam para a retomada da luta de resistência como única forma de barrar a avalanche neoliberal. Se é certo que os trabalhadores não estão numa linha de recuo, então quais foram mesmo as razões do alcance limitado do dia 10 de novembro?

O problema principal foi de direção, de ordem subjetiva, do nível de unidade e de compromisso com os interesses dos trabalhadores e de organização do movimento sindical. A formulação “paralisação e protesto” não tornou o movimento coeso, já que algumas categorias poderiam parar e outras só protestar. Foi emblemática a indagação de Gregório Poço, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo: “Razões

temos de sobra para parar, mas é preciso saber se este movimento é para valer mesmo ou não. Outras categorias também vão parar?”

Este foi um dilema que permeou toda preparação do movimento. Escudadas no fato

“Festival de greves” e paralisação na Fiat indicam que há uma flexão, um avanço no nível de consciência

OPOSIÇÃO UNIDA

Apesar do quase-silêncio da mídia, as principais lideranças de oposição do país lançaram no dia 18 de novembro, em Brasília, o manifesto “Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho”. O texto, elaborado após intensa consulta, propõe a criação de um movimento cívico para “a construção de um governo democrático e popular”. No ato de lançamento, o manifesto já contava com a adesão de mais de 130 personalidades de renome – Lula, Brizola, Miguel Arraes, João Amazonas, Itamar Franco, Anthony Garotinho, Olívio Dutra, entre outros.

OAB CONTRA FHC

“A partir de agora, vamos fazer campanha contra este governo. E não acusem a OAB de ser partidária. Nós estamos hoje numa situação idêntica à que estávamos durante o regime militar. Temos que nos unir aos partidos que combatem este governo”. A declaração é de Reginaldo de Castro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. A gota d’água foi a aprovação no Congresso, em 9 de novembro, da figura da advocatária – instrumento criado pelo regime militar que dá plenos poderes ao Supremo Tribunal Federal. “Isto rompe com toda a possibilidade de que este governo construa um país democrático”.

TRAÍÇÃO NACIONAL

O leilão da Cesp/Tietê é um dos casos mais grotescos de entreguismo na história do país. A empresa americana AES garantiu o controle acionário da companhia de energia elétrica graças à “doação” de R\$ 360 milhões do BNDES. A multinacional é a mesma que participou da privatização da Cemig e que depois foi derrotada na Justiça pelo governador Itamar Franco. Na ocasião, o governo dos EUA fez duras ameaças. Agora, para compensar, FHC financia a entrega da estatal paulista. Até o empresário Antônio Ermírio ironizou a atitude: “Qualquer brasileiro que fosse aos EUA comprar uma empresa, dificilmente seria beneficiado pelo tesouro americano”.

ARGENTINA/URUGUAI

Parece que os ventos estão mudando na América Latina. Na Argentina, o astro neoliberal Carlos Menem – que gerou 18% de desemprego aberto e jogou 13 dos 36 milhões de habitantes abaixo da linha da pobreza – sofreu dura derrota na sucessão presidencial. O eleito, Fernando de La Ruá, ainda é uma incógnita. Apesar da retórica de campanha, fala agora em manter o “ajuste” com o FMI. Já no Uruguai, o vencedor do primeiro turno foi Tabaré Vasquez, da Frente Ampla, um candidato bem identificado com a luta antiliberal. Ele deu um susto nos dois partidos tradicionais (*blanco* e *colorado*), que se revezavam no poder deste a independência do país.

GREVE GERAL

Num outro canto do continente, uma massiva greve geral estremeceu a República Dominicana, no final de outubro. Mais de 700 ativistas do “Coletivo de Organizações Populares e Sindicais” foram presos pela polícia e um grevista, o professor Apolinar Toribio, foi assassinado. O protesto, liderado pelos trabalhadores em transportes, exigiu a anulação do aumento nos preços dos combustíveis, decorrente do acordo firmado pelo governo com o FMI.

MISÉRIA NOS EUA

Duas pesquisas recentes ajudam a entender os oito anos de “crescimento ininterrupto” da economia dos EUA. A primeira, encomendada pela central sindical americana (AFL-CIO), comprova que os empregos criados na última década são precários. Os trabalhadores não possuem plano de saúde e de aposentadoria, não recebem horas-extras e seus salários são inferiores. A renda dos ocupados com formação universitária é um terço menor do que nos anos 60. Outra pesquisa, divulgada pelo próprio governo, indica que 18,3% das crianças americanas (12,8 milhões de menores de 18 anos) vivem abaixo da linha da pobreza.

de que nem todas as categorias entrariam em greve, várias lideranças não se empenharam sequer para a realização de protestos de maior envergadura, ou mesmo de paralisações parciais ou por tempo determinado durante o dia 10 de novembro.

É uma lição que devemos tirar: definir a forma de luta com clareza, mas garantir a sua realização. Se é paralisação e protesto, as duas formas de luta devem ser realizadas, com paralisações totais e parciais, com manifestações, passeatas, concentrações diante da empresa ou em locais públicos. Só assim as massas ganharão confiança nesta

conjuntura de desemprego. Construir a greve geral, que envolva setores amplos e organizados em todo o país, é um processo que demanda atuação de forma ampla com outras centrais sindicais e confederações. Sem esta unidade na ação, fica difícil deflagrar uma greve geral para valer. Enquanto não se tenha o ambiente político para a greve geral, as paralisações de categorias mais mobilizadas e de importância estratégica na sociedade e na economia, as manifestações públicas, marchas, ocupações, etc. jogam grande importância na denúncia política e de mobilização de amplos setores da sociedade.



Alexandre Machado



Além das dificuldades e erros cometidos, existiram importantes forças políticas que estavam comprometidas com o dia 10 de novembro e dias antes retiraram o foco desta mobilização e concentraram-se apenas em lutas corporativas, separadas do movimento nacional dos trabalhadores.

NOVO PATAMAR

Vem aí mais um ataque fulminante aos direitos dos trabalhadores: a proposta que prevê o fim do direito à multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que a empresa paga ao funcionário quando o demite. Está na hora de desencadear uma grande campanha unitária e de luta em defesa dos direitos trabalhistas e do FGTS. Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho tem-se manifestado seguidamente contra as reposições de perdas salariais, mesmo quando determinadas pelos tribunais regionais de trabalho. O presidente do TST, Wagner Pimenta, chegou a afirmar que o tribunal deve “procurar manter a fase de estabilidade, evitando alimentar a corrida inflacionária”.

Mas a inflação não é causada

Conectar as lutas imediatas com o combate político em defesa do Brasil, do trabalho e da democracia

pelos salários. Já os lucros das empresas – em especial dos bancos e do grande capital – não só foram mantidos, como estão batendo recordes sobre recordes. E sobre isto o TST silencia ... Somente neste ano que se finda, o TST suspendeu 893 processos que garantiam reajuste automático de salários com base em índices de preços.

Os sindicalistas classistas querem a socialização da riqueza e não da miséria. De imediato, devem exigir a ampliação do seguro-desemprego, como um salário social financiado pelo governo e pelas grandes fortunas. Exigir a jornada de 35 horas semanais sem redução dos salários. Exigir a verdadeira reforma agrária. São propostas fundamentais, que implicam num novo rumo para o país.

Conectar estas lutas com o combate mais geral em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, com o objetivo de construir uma alternativa ao neoliberalismo, é o grande desafio para todos os sindicalistas comprometidos com os interesses legítimos dos trabalhadores. A conjuntura para o ano 2000 aponta para grandes enfrentamentos políticos e de classe. Apostar na luta, investir na unidade de ação do movimento sindical com o objetivo de unir toda a classe – empregados e desempregados, trabalhadores do mercado informal, subcontratados e excluídos – é uma exigência nos dias de hoje.

João Batista Lemos é membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

SINDICAL

CONTAG DECIDE

Com voto em urna, o II Congresso Extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no final de outubro, em Brasília, aprovou a defesa da unidade sindical e das contribuições compulsórias – cobradas de sócios e não sócios. Este foi o ponto mais polêmico do evento, que reuniu 463 delegados. A Contag, uma instância nacional de peso filiada à CUT, tomou tal decisão à revelia da central – que é contra a unicidade. Os congressistas entenderam que este mecanismo serve como contraponto aos intentos do governo de pulverizar os sindicatos, via a PEC-623.

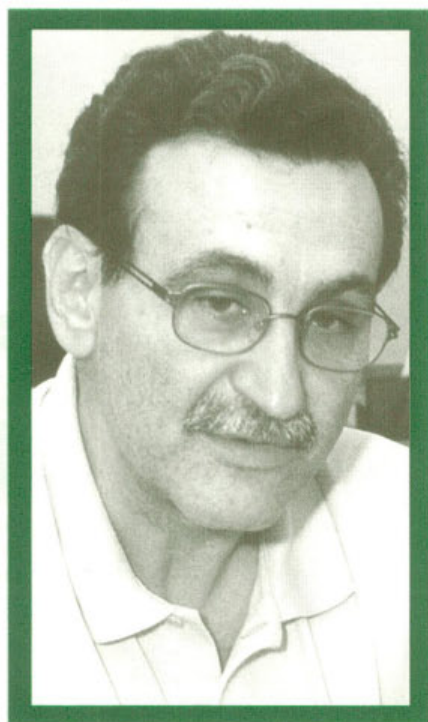
FESTIVAL DE GREVE

Na luta pela adoção de um contrato coletivo nacional de trabalho, os metalúrgicos deflagraram em outubro e novembro um movimento batizado de “festival de greves”. Com os piquetes conjuntos de sindicalistas de vários Estados, inúmeras fábricas – em especial, montadoras de veículos – foram paralisadas. Em Betim (MG), houve confronto com os seguranças da Fiat e soldados da PM. O movimento inédito conseguiu juntar as duas principais centrais com inserção no setor – a CUT e a Força Sindical. Os empresários se recusam a aceitar o contrato nacional e novos enfrentamentos devem ocorrer.

SALÁRIO EM QUEDA

Segundo a última pesquisa do IBGE, o desemprego está tendo reflexos diretos na queda de rendimento dos trabalhadores. Em comparação com setembro do ano passado, os salários pagos na indústria tiveram uma redução de 10,4%. Apesar de medir apenas o desemprego aberto, os dados deste instituto oficial apontam uma queda de 8,6% dos empregos na indústria nos últimos 12 meses. Já o Dieese, que mede o desemprego aberto e oculto, aponta taxas superiores a 20% nas principais regiões metropolitanas do país. Seus estudos também têm indicado a queda de rendimento dos assalariados.

POR ALTAMIRO BORGES



Renato Rabelo

Renato Rabelo, vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), é hoje uma das vozes mais influentes no Conselho Político da Frente de Oposição, que acaba de lançar o manifesto “Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho”. Nesta entrevista, ele fala sobre a “fadiga” do projeto neoliberal, da fratura na base governista e dos avanços e dificuldades da oposição. Também analisa a proposta da “terceira via” e faz comentários sobre as potencialidades e limitações do movimento sindical

“É preciso encurtar o mandato de FHC”

Debate Sindical: Como você avalia o atual quadro político?

Renato Rabelo: Para analisar a atual conjuntura é preciso partir da realidade econômica, política e social. Não dá para ver o quadro político em um plano só. E o Brasil vive uma crise multilateral. No terreno econômico, o país é mais dependente e vulnerável do que nos anos 80, tido como a “década perdida”. E ainda tem um ineditismo. Naquele período, havia um certo controle do fluxo de capital. Hoje isso não existe. Há um processo crescente de especulação financeira, sem qualquer controle.

Outra diferença é que nos anos 80 existiam empresas estatais estratégicas. Elas eram um instrumento importante para regular a economia. Hoje elas estão acabando. Pouco a pouco, o Brasil foi cedendo espaços e realizando compromissos com o capital externo para manter o tal fluxo. Isso leva à submissão do país aos ditames do capital especulativo. Muito daquilo

que é definido como política econômica – crédito, juros, etc. –, hoje é decidido lá fora. O comando está no exterior e não no país.

Mas o governo fala em crescimento no próximo ano. Isso é jogo de cena ou tem base real?

Fruto dessa particularidade da dependência, a economia brasileira entrou numa dinâmica cíclica e sem perspectiva. Pode até haver uma certa melhoria momentânea, conjuntural, mas depois ela volta à situação de declínio. Os ciclos ficaram mais curtos. E não há qualquer perspectiva de crescimento. Até setores que defendem esse modelo afirmam que não haverá crescimento da economia. Por isso mesmo, várias tendências batem na tecla de que é preciso buscar um novo caminho. Não é só a esquerda que fala isso. Na prática, há o reconhecimento de que esse modelo passa por extrema fadiga.

E os aspectos sociais e políticos?

Se um país não se desenvolve, o quadro social se torna dramático. Se a situação já era difícil, com a economia estagnada, ela fica ainda pior. Penso que ainda não extraímos todos os efeitos dessa crise social. O certo é que a renda dos assalariados regrediu, o número de desempregados cresceu e uma massa enorme de deserdados se somou aos que já estavam excluídos.

Além disso, há uma involução nas relações de trabalho. Direitos conquistados são retirados dos trabalhadores. Até parece que estamos voltando ao início do século, quando se lutava por tempo de trabalho, descanso remunerado e férias. Chega a se falar numa regressão civilizatória. Não há nada de moderno ou de modernidade quando o trabalhador perde seus direitos. A regressão é aguda.

O terreno político vai refletir o grau de vulnerabilidade do país, a instabilidade econômica e esse nível de dramaticidade social. Hoje FHC já não tem a mesma base de sustentação. Seu governo já nasceu morto. A base política dele entrou em erosão. Surge uma demarcação de campo no seu interior. Alguns setores começam a pensar no seu futuro político. Essa fratura não existia no primeiro mandato, quando ele uniu boa parte da classe dominante. Agora, ela está dividida.

Por outro lado, como esse projeto entrou numa fase de fadiga, o povo deixa de dar apoio a FHC. Hoje, a maioria da nação está divorciada do governo, não existe mais uma relação de confiança. É por isso que já se coloca a questão da sucessão presidencial. Essa precocidade decorre exatamente do agravamento político. Quanto mais tempo durar esse governo, mais grave será a situação do país. Daí a idéia de mobilizar amplas forças para encurtar o mandato de FHC. Acreditar que esse governo ainda pode levar o país até 2002 seria uma grande irresponsabilidade.

**“O governo FHC
é submisso ao
capital especulativo.
O comando da
nossa economia
está no exterior
e não aqui
no país”**

Como se encaixa a oposição neste cenário? Ela avançou? Quais as suas dificuldades?

O movimento oposicionista se ampliou muito no país, mas, ao mesmo tempo, se diversificou. Essa é uma característica da fase atual. Há diversas tendências com discursos de oposição. Uma à direita do espectro político, outras ao centro e outras à esquerda. Todas apresentam saídas. À direita, o PFL até fala na questão social e o ACM, em combate à pobreza. Já o Ciro Gomes tenta ocupar o centro político; o Itamar pega a bandeira nacionalista; e o Garotinho fala na retomada do desenvolvimento.

Já a esquerda procura unir o movimento oposicionista em torno de três bandeiras: defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Mas qual a questão de fundo que esta situação apresenta? É que FHC perdeu a maioria política. Então, o que está em jogo é construir uma nova maioria no país. Só que ela é disputada por essas diversas correntes. Nada está definido. Nosso esforço deve ser o de conseguir representar essa maioria. A esquerda deve ser o núcleo capaz de dirigir esse movimento amplo de oposição, que atraia outros setores.

Inclusive o Ciro Gomes?

O nosso objetivo deve ser o de atrair setores de centro e o Ciro procura representar esse espectro.

Agora, ele faz o mesmo jogo político e está procurando nos atrair para o pólo dele. Ocorre que uma frente que tenha como núcleo central esse setor de centro não resolverá os problemas do país. O Brasil está numa encruzilhada histórica. Ou barra a chamada globalização neoliberal, que leva à submissão dos países ditos emergentes, ou regredirá para uma situação neocolonial.

Você diz que a esquerda deve ser o núcleo desta frente. Mas ela apresenta dificuldades?

A esquerda no Brasil é bastante heterogênea. No seu âmbito existem importantes diferenciações táticas e estratégicas. O grande desafio é construir uma política justa de frente única na própria esquerda. Penso que avançamos na última campanha presidencial, com um programa comum positivo. Depois da eleição, foi difícil manter unida a oposição. Retomamos isso há pouco tempo, com a recomposição da frente democrática e popular, que reúne os partidos de esquerda.

Quais os problemas que surgem agora? O principal é sobre qual a melhor forma de levar adiante a luta contra FHC. Alguns setores acham que se deve realizar um trabalho oposicionista de pressão e desgaste do governo e que todo esse processo culminaria em 2002. Apostam no calendário eleitoral. Outros setores, incluindo o PCdoB, avaliam que se deve fazer uma oposição decidida para colocar esse governo abaixo. Não descartam uma saída política antes de 2002. Há ainda outra vertente, na esquerda, que subestima as alianças políticas. Mas ela é pouco expressiva.

Outro problema é que o movimento oposicionista é contaminado pelo lançamento de candidaturas para 2002. Precocemente levantadas, elas levam à dispersão. Cada um defende o seu candidato e coloca o carro na frente dos bois. Isso obstaculiza a

“O sindicato tateia o problema do desemprego e ainda não encontrou

construção de um movimento político mais amplo.

Por último, há um fator decisivo. Para se consolidar, essa frente política precisa ter como base um forte movimento popular. Ambos precisam se fundir, numa inter-relação que impulse a luta política de massas. Se forem movimentos paralelos, a frente política vira algo de cúpula e a luta social se arrasta sem maiores efeitos. Também avançamos neste terreno, com importantes mobilizações e a criação do Fórum Nacional de Lutas.

Você já se referiu ao surgimento de novas alternativas. Como avalia a chamada 3ª Via?

A primeira constatação é que o neoliberalismo faz água por todo lado. Entrou numa fase de fadiga acelerada. Esse processo abre caminho para que outros projetos tomem corpo - inclusive para a proposta socialista. Agora, no campo do neoliberalismo, que é ainda o dominante, eles procuram fazer ajustes. Historicamente, o capitalismo já alterou diversas vezes a sua política econômica. Se não há alternativa de ruptura, ele promove mudanças para manter o sistema.

Penso que a “terceira via” é um tipo de flexão do capitalismo. É um ajuste dentro do próprio modelo neoliberal. Os comunistas italianos falam em neoliberalismo moderado ou mitigado. Sua origem está no programa dos “novos democratas” dos EUA. O próprio Jospin, naquele encontro da Itália, apresentou um texto em que afirma: “Se a terceira via implica encontrar uma posição intermediária entre a social democracia e o neoliberalismo, esse não é o meu caminho”. Como disse um líder trabalhista inglês de

esquerda, “a terceira via não é mais do que a Thatcher vestida de Tony Blair”. É uma farsa, puro marketing. Tanto que gera contradições na própria social-democracia.

Nesse ponto, é preciso considerar que existe um forte movimento ideológico para negar qualquer perspectiva socialista. Ele se dá no formato de uma pinça. Numa ponta, defende que o socialismo se tornou inviável, impossível. Na outra, afirma que o capitalismo pode ser melhorado, reformado. Essa pinça é fechada contra todos aqueles que lutam por uma nova sociedade.

“Quanto mais tempo durar este governo, pior será para o país. Seria uma grande irresponsabilidade aguardar até 2002”

Não foi essa a ideia que o deputado federal José Genoíno defendeu em recente entrevista?

Eu não gostaria de polemizar com o Genoíno, mas sim debater as ideias. Naquela entrevista, ele fundamenta essa visão. Diz que a liberdade da minoria deve ser preservada; que ela não pode ser negada em função da busca de maior igualdade. Essa é uma máxima liberal. Também afirma que a saída é a democratização do capital. Se você

pregasse isso na fase inicial do capitalismo, até poderia se entender. Mas hoje, quando é brutal a concentração do capital, propor isso parece pura ilusão.

Para concluir, gostaria de ouvir suas opiniões sobre o movimento sindical. Como você avalia o seu papel, as suas potencialidades e as suas limitações?

Eu não concordo com os que afirmam que o movimento sindical no Brasil está destruído, em rápido declínio. Penso que diante das dificuldades econômicas e das mudanças nas formas de produção, ele até é bastante vivo e atuante. O próprio número dos sindicalizados, se você levar em conta apenas os trabalhadores na ativa, é comparativamente maior do que em muitos outros países. Você tem aqui uma liderança sindical tarimbada, com muita experiência de luta.

Agora é evidente que a atual fase de defensiva afeta o sindicalismo. Há diversas tendências presentes no movimento sindical. Grosso modo, a direita conseguiu interferir nesse meio - através da Força Sindical, que está a serviço do neoliberalismo. Há também uma forte tendência intermediária, que se aproxima da social-democracia. E há uma tendência classista, que procura se firmar defendendo os interesses dos trabalhadores e luta pela autonomia política de classe.

Essa disputa fica ainda mais complexa num momento em que a própria luta por reformas é difícil no quadro do neoliberalismo. Hoje, a bandeira da redução da jornada já adquire grande radicalidade. Nas condições atuais, ela vai contra a lógica do capital. Os italianos dizem que qualquer reforma desse tipo, hoje, adquire um cunho

“O sindicalismo brasileiro é bastante vivo e atuante, mas esbarra nas

saídas. Só um movimento mais amplo poderá abordar a questão"

revolucionário. Neste cenário, as diferenças entre estas correntes ficam mais embaralhadas e há maior necessidade de unidade para resistir.

Outro problema, mais organizativo, é que atualmente existe uma tendência ao esfarinhamento dos sindicatos, decorrente das mudanças no trabalho e das investidas neoliberais. Penso que a unidade é uma questão de princípios. Neste sentido, a defesa da unicidade tornou-se uma questão-chave. Justificar a sua quebra com o discurso da modernidade, como alguns defendem, é fazer o jogo do inimigo.

E há a questão do desemprego e da precarização, que o sindicalismo não consegue dar respostas ...

Essa é uma questão difícil, aqui e no mundo todo. O movimento sindical vem Tateando o problema, mas ainda não encontrou uma saída efetiva. Há algum tempo atrás, tive contato com uma dirigente da CGT francesa. Ela dizia que o grande desafio era atingir os desempregados. Falava inclusive que a direita fascista estava atraindo parcela dos deserdados, já que os sindicatos só representavam os da ativa.

A grande questão é como organizar os desempregados. Acho que o sindicato sozinho não consegue isso. Até porque ele já tem muitos problemas, suas lutas cotidianas, sua cultura. Penso que só um movimento político mais amplo pode encontrar os caminhos para abordar esta questão. Talvez o sindicato tenha que estruturar movimentos parasindicais. Ele daria apoio, mas seriam estruturas próprias e mais permanentes para a luta contra o desemprego. Mas isso é só uma especulação. O certo é que este problema é grave, tende a aumentar e

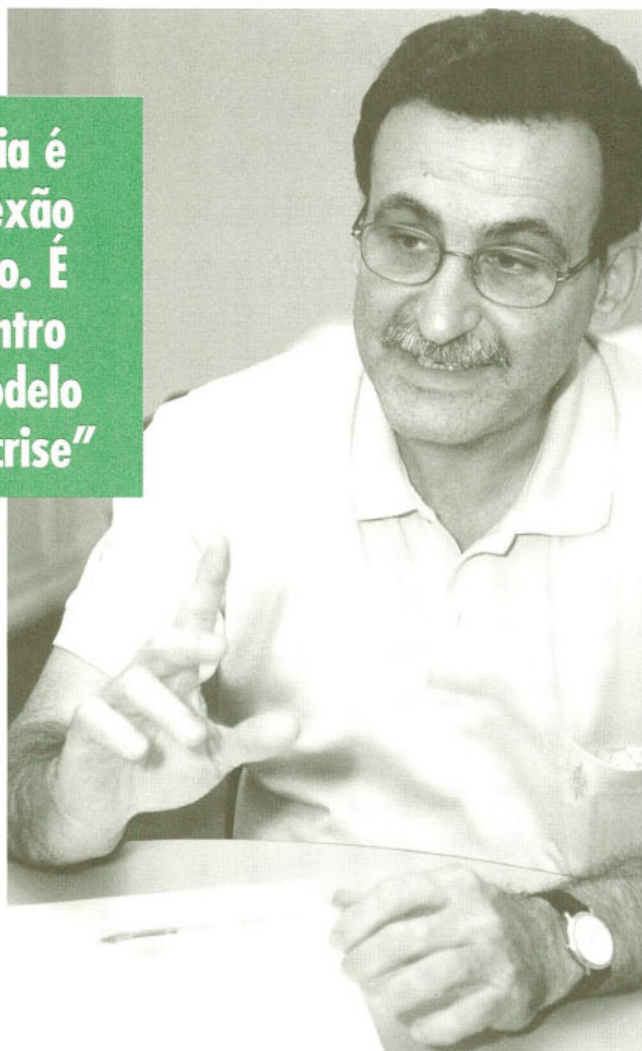
"A terceira via é um tipo de flexão do capitalismo. É um ajuste dentro do próprio modelo neoliberal em crise"

deve ser encarado como prioridade máxima.

A CSC, na qual o PCdoB tem um papel de destaque, completou 10 anos de vida. O que há de positivo e negativo nesta experiência?

Acho que ela representou o encontro de uma forma de atuação ampla, na perspectiva de unir forças mais conseqüentes, lutando pela autonomia e independência dos trabalhadores. Além disso, ela tem contribuído para elevar a consciência classista. Hoje, é uma referência do sindicalismo. Foi uma forma concreta de atuação que deu certo. Neste curto espaço de tempo, de dez anos, ela cresceu e continua crescendo. Também reforçou sua presença na CUT, que é a maior central sindical do país.

Quanto às dificuldades, penso que a CSC pode ser muito maior e mais forte no movimento sindical. Pela extensão do sindicalismo brasileiro, ainda é pequena. Ela pode atrair muita gente combativa e séria que existe nos sindicatos, pode ampliar ainda mais o leque de forças



no seu interior. Ela não pode se limitar exclusivamente a um partido.

Outro grande desafio é como encontrar a justa relação entre as lutas cotidianas, que os classistas desenvolvem bem, e as batalhas políticas mais gerais. As lutas imediatas até resultam em algumas vitórias parciais, mas não dão saídas duradouras para os trabalhadores. A questão é como dar um horizonte mais amplo, como elevar a consciência classista e dar uma perspectiva de mudança. Na prática, isso é muito difícil de fazer. Não tem receita. Mas penso que este é um desafio permanente.

dificuldades da atual situação de defensiva da luta dos trabalhadores"

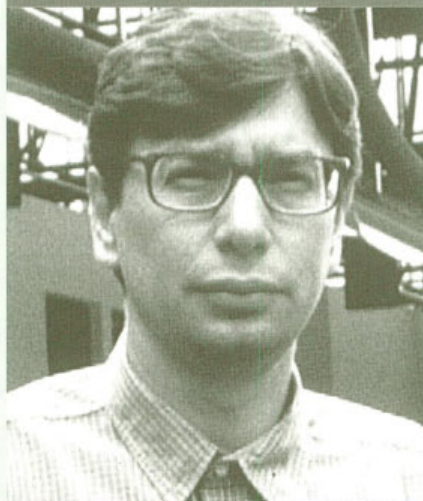
MARCIO POCHMANN

O canto do cisne do pensamento único liberal

A crise do emprego no país é profunda e complexa, o que a faz objeto constante do debate nacional. De um lado, há, inegavelmente, um sensível mal-estar com praticamente todos os argumentos oficiais, que procuram identificar o Brasil com o quase pleno emprego ou afirmam que este problema é gerado a partir do “alto custo do emprego” e da “rigidez dos contratos de trabalho”.

Por possuir o maior desemprego desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX, os especialistas presos ao “pensamento único” esforçam-se em criar novos argumentos que buscam turvar as águas cristalinas da difícil realidade do trabalhador. É o caso de pérolas recentes do discurso oficial, como, por exemplo, o de que o fenômeno do desemprego não se deve a escassez de vagas, mas ao fato de haver pessoas em demasia procurando trabalho.

Ou ainda o argumento de que esta é uma discussão elitista, pois o desempregado representa uma parcela pequena da sociedade e ainda tem acesso privilegiado aos benefícios sociais (seguro-desemprego, FGTS, verbas rescisórias e qualificação profissional), enquanto o “pobre mesmo”, além de não ter acesso a nada disso, significa enorme parte da população. As propostas atuais de redução dos já escassos benefícios sociais dos desempregados vão nessa linha ideológica.



De cada dois desempregados no Brasil, um é jovem; e a vaga ainda é precária

SETOR MAIS PENALIZADO

De outro lado, não obstante a elevada dimensão do desemprego, percebe-se que a condição de sem-emprego atinge atualmente os mais diversos segmentos da força de trabalho. Em fases anteriores, referia-se fundamentalmente ao trabalhador de baixa escolaridade e sem experiência profissional. Mesmo atingindo de maneira heterogênea a força de trabalho, isto não significa que não haja nos anos 90 um segmento social especialmente mais penalizado.

É o caso da juventude. Somente na região metropolitana de São Paulo, segundo o Dieese/Seade, quatro a cada 10 pessoas desempregadas encontram-se na faixa etária de 10 a 24 anos. No Brasil do anos 90, de cada dois desempregados, um é jovem, pelos cálculos do IBGE. Observa-se também que a juventude

transformou-se na variável principal de ajuste do mercado de trabalho. Dos 3 milhões de empregos formais destruídos nesta década, 2/3 ocorreram justamente para pessoas com menos de 25 anos de idade – mesmo que esse segmento tenha elevado o nível de escolaridade.

EMPREGO PRECÁRIO

As ocupações que têm restado aos jovens brasileiros são, na maioria das vezes, as mais precárias, com postos não-assalariados ou sem registro formal, uma vez que se encontram praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. Não se constitui, portanto, uma surpresa o fato de que a maior parte das ocupações juvenis ocorre à margem do sistema de proteção social e trabalhista, deixando de contribuir, por consequência, para os fundos de financiamento das políticas públicas (previdência, saúde, educação, etc.).

O quadro de escassez de empregos, em meio ao já elevado excedente estrutural de mão-de-obra, torna os jovens um dos segmentos mais fragilizados da população ativa. Sem a alteração radical nas condições de inatividade, a pressão dos jovens no mercado de trabalho continuará resultando em maior desemprego, por decorrência principal do atual modelo econômico.

Nesse cenário de agravamento das condições de ingresso e permanência do jovem no mercado de trabalho urge o estabelecimento de medidas apropriadas. Tratam-se, pois, de dispositivos que exigem a sensibilização de toda a sociedade, mas principalmente das autoridades governamentais, que parecem manter-se cada vez mais distantes dos reais problemas dos jovens.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp/SP. Correio eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br

O panorama das greves nos anos 90

A ação sindical nos anos 1990 vem passando por fortes restrições geradas por mudanças na economia e no mercado de trabalho. A elevação do desemprego, que triplicou desde o final de 1989, alcançando um patamar de 20% da força de trabalho nas várias regiões metropolitanas; a regressão no emprego industrial, com a redução de cerca de 2 milhões de postos de trabalho formais; a aceleração do processo de precarização das relações de trabalho e a baixa taxa de crescimento da economia que, em média, é menor que a verificada na chamada década perdida nos anos 1980.

A mudança do padrão conflitivo, típico do sindicalismo ocidental, para um padrão negocial, é na sua essência conjuntural e imposto pelo contexto gerado pela hegemonia de políticas neoliberais, que vêm no sindicalismo um força anti-mercado e disfuncional para a acumulação de capital. No caso brasileiro, a manutenção de políticas recessivas e a negligência em relação aos mecanismos estatais de regulação e fiscalização da rede de garantias constitucionais e legais aos trabalhadores cumprem esse papel de fragilizar o movimento sindical e de impedi-lo na sua atuação de ampliar os ganhos salariais. Desta forma, o Estado brasileiro age para mudar a balança de equilíbrio no conflito distributivo em direção aos interesses empresariais.

CONTEXTO ADVERSO AFETA FORMA DE LUTA

Esse contexto é extremamente adverso e implicou uma adaptação no modo de operar nas lutas



Mudanças na economia e no mercado de trabalho resultam em queda do número de greves, na fragmentação por empresas e na sua postura defensiva

ANTONIO PRADO

sindicais, principalmente em relação às greves. Não apenas as greves diminuíram em número, como também deixaram de apresentar um padrão de greves de massas orientadas para conquistas de novos direitos, como foram durante os anos 80. Agora as greves são fragmentadas por empresas ou setores de categorias profissionais e defensivas, pois têm como causa a manutenção de direitos conquistados e a observação do pagamento de benefícios, salários e décimo-terceiro salário.

É importante ressaltar que as

forças de fragmentação das greves estão associadas ao próprio regime de ajuste macroeconômico do país. Tanto a abertura da economia brasileira, como o Plano Real e recentemente o colapso do regime de câmbio sobrevalorizado têm impactos heterogêneos sobre a estrutura produtiva.

A abertura econômica rompeu a integração da indústria brasileira e gerou uma ampliação na dispersão nos ganhos setoriais de produtividade. Isso implica que negociar aumentos de salários para categorias profissionais não é suficiente, pois nesse caso as convenções coletivas tenderiam a ser niveladas pela menor produtividade do setor. Seria ainda necessário, o que vem ocorrendo, negociar por empresas, para poder conquistar condições mais favoráveis onde as condições objetivas permitem.

IMPACTO DIFERENTE NOS SETORES ECONÔMICOS

O Plano Real, por sua vez, aprofundou essa fragmentação ao acabar com a política salarial, que realizava um mínimo de homogeneização na estrutura de salários e de custos setoriais. Ainda, enfraqueceu os setores mais concorrenciais em detrimento dos setores oligopólicos, sendo que os primeiros passaram por uma forte deflação em seus preços. Mas se por um lado os setores concorrenciais perderam força no processo de acumulação de capital e de geração de produtividade e, portanto, na capacidade de atender plenamente às demandas sindicais; por outro, os setores oligopólicos, mesmo com

Fragmentação das greves está associada aos ajustes da economia brasileira

TABELA 1

Média de Trabalhadores parados por greve, nos grandes setores, durante o primeiro trimestre

(em números absolutos)

Anos	Trimestres	Setor Público	Setor Privado	Total
1993	1º	34.188	2.225	8.793
1995	1º	15.122	943	2.339
1997	1º	1.213	595	714
1998	1º	6.872	648	2.265
1999	1º	2.015	286	1.104

Fonte: DIEESE - Banco de Dados Sindicais

vantagens financeiras devido à sua condição privilegiada no financiamento da produção, das importações e na geração de produtividade, utilizaram a recessão e as demissões como forma de impedir que os sindicatos

apropriassem para os trabalhadores seus ganhos nesse processo. De qualquer forma, é outro fator que conduziu para greves por empresas, pois houve que se diferenciaram entre aquelas beneficiadas pelo Plano Real, as empresas oligopólicas, e as prejudicadas, as empresas concorrenciais.

A recente maxidesvalorização do real também tem impactos

heterogêneos, pois as empresas com capacidade exportadora tenderão a apresentar resultados melhores nos próximos meses, como também aquelas que têm suas receitas vinculadas ao dólar e a seus fluxos. As empresas concorrenciais estão absorvendo o impacto da máxi e da recessão em suas margens de lucro e sendo descapitalizadas, o que pode levá-las à quebra ou à incorporação por grandes grupos internacionais, desnacionalização essa em avançado estágio. A identificação das empresas beneficiárias e tributárias da máxi conduzirá novamente ao padrão de greves por empresas.

O fenômeno de fragmentação da negociação coletiva e das greves permanece em 1999. A comparação dos dados de 1989 com os dados atuais revela claramente que houve uma drástica redução do número de greves, que caiu de 2.196 para as 530 estimadas para 1999. O próprio número de grevistas por greve, que cai de 7.558 para 1.337, é indicador da mudança do padrão das greves de massa por categorias profissionais para o padrão seletivo de greves por empresa. Não há ainda nenhuma expectativa da volta de greves por categorias, pois a economia continua em baixo crescimento e as taxas de desemprego permanecerão elevadas por muitos anos.

Mesmo as greves no setor público, que tradicionalmente são maciças e de longa duração, estão acompanhando a mesma tendência, devido à ofensiva sobre essas categorias no sentido de ampliação das demissões e de cortes nos gastos públicos. A média de trabalhadores parados no primeiro trimestre de 1993, que era de 34.188, caiu para 2.015 no mesmo período de 1999.

TABELA 2

Número de Greves, grevistas e média de trabalhadores por greve

(em números absolutos)

Anos	Greves	Média
1989	2.196	7.558
1992	557	4.600
1993	653	5.507
1994	1.034	2.665
1995	1.056	2.157
1996	1.258	2.222
1997	630	1.284
1998	600	2.858
1999 (e)	530	1.337
Janeiro	51	2.021
Fevereiro	44	505
Março	48	481
Abril	6	2.397
Maio	46	1.977
Junho	43	821

Fonte: DIEESE - Bancos de Dados Sindicais
(e) - estimativa por extrapolação dos resultados do primeiro semestre



Em função do desemprego, não há ainda expectativa de longas greves por categoria

Antonio Prado é economista, professor da PUC/SP e coordenador de produção técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese)

A contribuição sindical compulsória deve acabar?

O debate sobre as formas de sustentação das entidades sindicais é antigo, estando presente já nos primeiros congressos operários no Brasil. Com o tempo, ergueu-se toda uma estrutura com base em contribuições de sócios e também dos não-sócios. Mais recentemente, o governo FHC propôs a pura e simples extinção das chamadas contribuições compulsórias – um dos pontos mais controvertidos da PEC-623. Tal iniciativa atizou ainda mais a polêmica entre os próprios sindicalistas. Para conhecer as opiniões em disputa, a *Debate Sindical* abriu suas páginas para duas posições antagônicas.



LUIZ MARINHO



Se quisermos reforçar nossa credibilidade diante dos trabalhadores é preciso parar de falar em democracia e continuar defendendo o imposto sindical obrigatório

Argem

Questão de coerência e

Nossos princípios nos levam a defender a aprovação de

A nossa central, a CUT, é hoje a instituição melhor identificada com a defesa da liberdade e da autonomia sindical. Mais que ninguém, estamos umbilicalmente ligados à história da democracia em todos os planos, na política da nação e na política sindical. Uma central de luta, de classe, democrática, dos trabalhadores. Mas, para transformar este discurso em realidade, é preciso muito mais do que belas palavras.

É preciso coerência. A começar pelo tratamento a ser dado ao imposto sindical e às formas de financiamento do movimento sindical. Além de vital à nossa atividade, é também simbólica na nossa relação com a base. Se quisermos reforçar nossa credibilidade diante dos trabalhadores e do país é preciso parar de falar em democracia e liberdade para os trabalhadores e continuar defendendo o imposto sindical obrigatório.

A segunda questão é a da unicidade. A CUT nasceu defendendo o fim do monopólio dos trabalhadores por parte do sindicato. Nasceu lutando pela democratização do país, entendendo que esta democratização passava pela liberdade de organização sindical. E se falamos em liberdade de organização, temos de enfrentar a legislação corporativa herdada do getulismo, em particular no que ela tem de mais atrasado e antidemocrático: o monopólio sobre a base.

**PELO FIM DA UNICIDADE
E DO IMPOSTO SINDICAL**

Acreditamos que os trabalhadores, quando mobilizados e

exercitando sua liberdade de organização na luta, adquirem consciência da necessidade de evitar a pulverização. E, para isto, não é preciso lei alguma. Aqui no ABC, a partir do conceito de liberdade, temos caminhado no sentido de unificar nossos sindicatos e não de pulverizá-los.

Naturalmente, admitimos algum tipo de legislação de transição. O princípio – que na CUT é conhecido por legislação de sustento – é impedir que o patronato interfira na liberdade e autonomia sindical criando ou manipulando sindicatos em seu favor. No mais, tem de valer a liberdade para que os trabalhadores, em qualquer nível, decidam sobre a sua forma de organização.

São estes os princípios que nos levam a defender a aprovação pelo Congresso Nacional de emenda constitucional que acabe com o imposto e com a unicidade sindical. Só um exemplo do tamanho do problema que queremos enfrentar: um dos mais importantes sindicatos de São Paulo tem 500 mil trabalhadores na base (capital) e 5 mil associados. Ou seja, 495 mil trabalhadores sustentam e são representados por um sindicato sem que, em nenhum momento, tenham tido qualquer oportunidade de manifestar sua vontade de continuar alimentando este tipo de sindicalismo, terreno propício para o desenvolvimento do gangsterismo.

Há correntes dentro da CUT que não conseguem dar respostas a esta contradição. São baluartes da defesa dos princípios democráticos, mas não conseguem dialogar com suas bases de forma a manter seus sindicatos apenas a partir das taxas

credibilidade

uma emenda constitucional que acabe com o imposto

associativas e das contribuições decididas em assembleias. Estas lideranças precisam parar de mentir para os trabalhadores. É preciso transformar o discurso em prática, se quisermos recuperar a credibilidade que herdamos dos companheiros que reergueram o movimento sindical das cinzas do peleguismo e das décadas de paternalismo estatal.

IMPOSTO SERVE PARA FINANCIAR PELEGOS

Sindicatos como o nosso, o dos Bancários, Professores, o Sinergia (que reúne os eletricitários de Campinas e os gasistas de São Paulo) já mostraram que o trabalhador tem consciência da necessidade de financiar seus sindicatos sem ter de manter o imposto sindical que, entre outros prejuízos à democracia dos trabalhadores, também serve para financiar pelegos e projetos patronais.

Segundo estatísticas, há hoje no Brasil entre 16 e 25 mil sindicatos. Mas, quantos existem de direito e de fato? Quantos são apenas sindicatos de carimbo? Nós temos consciência de que, desse total, parte significativa é constituída apenas de sede e conta bancária. A verdade é que este tipo de sindicalismo enfraquece a organização dos trabalhadores. É preciso ir mais longe. É preciso dar à classe trabalhadora a opção real de escolher o sindicato e a central que deseja manter e filiar-se.

Não podemos continuar convivendo com distorções como as que nos defrontamos em empresas como a Volks no ABC. Sem qualquer contestação, nosso sindicato representa seus 20 mil trabalhadores, sejam eles peões,

engenheiros ou trabalhadores de escritório. No entanto, além de metalúrgicos, há cerca de outras 40 categorias diferenciadas que cobram imposto sindical dos trabalhadores. Onde está o direito destes trabalhadores optarem por filiar-se e ajudar a manter apenas nosso sindicato? Exemplos como este mostram que a atual legislação também não garante organização unitária dos trabalhadores.

Mas também não basta a decisão de deixar de cobrar o imposto sindical. Uma decisão como esta, voluntária ou imposta por força de legislação a ser aprovada pelo Congresso a qualquer momento, vai significar o fim do sindicalismo pelego e do sindicalismo de discurso.

ENRAIZAR O SINDICATO NO CHÃO DA FÁBRICA

Por isso, é preciso também tornar realidade o enraizamento no chão da fábrica. Na nossa base metalúrgica, a intenção de levar o sindicato da porta para o chão da fábrica significou a criação dos Comitês Sindicais de Empresa. Instrumentos da organização e representação dos trabalhadores associados, construídos dentro das empresas, estes comitês representam 90% da nossa base e significam o fortalecimento da presença do nosso sindicato junto aos demais organismos de representação dos trabalhadores, as Cipas, Comissões de Fábrica e demais sistemas de representação existentes no chão das fábricas.

Nesta trajetória de construção de um sindicalismo enraizado no chão das fábricas, contribuímos com a criação da CUT, da Federação e da Confederação dos Metalúrgicos da

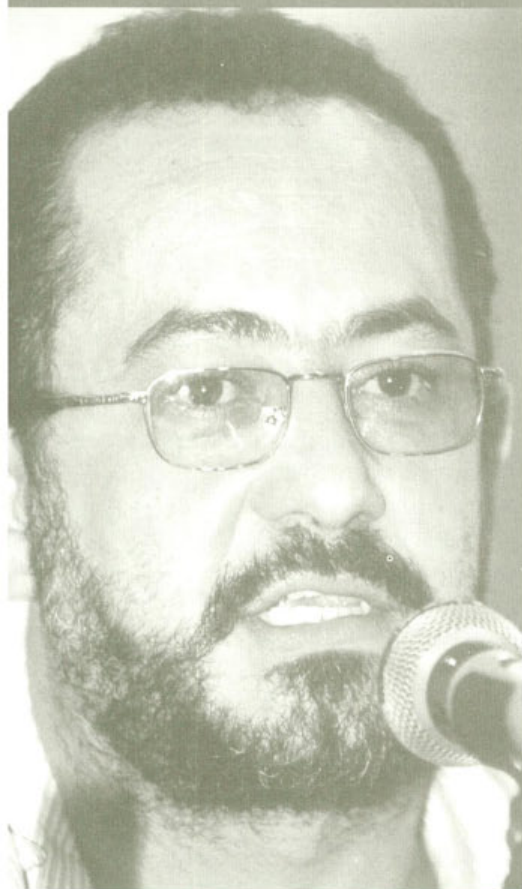
CUT. Estamos trabalhando pela construção de sindicatos de ramos, nacionais e estaduais. Construímos várias comissões de fábrica, abandonamos as práticas de negociação limitadas às mesas redondas do DRT, deixamos de cobrar o imposto sindical e a contribuição assistencial e rompemos com a pulverização sindical no ABC. E continuamos nos preparando para disputar e ganhar a representação espontânea e voluntária dos trabalhadores, como fizemos recentemente em plebiscito realizado na Cofap, a principal metalúrgica de Santo André e Mauá.

Nossa proposta de sindicalismo vai além do chão da fábrica. Mas, se pretendemos estar preparados para representar os trabalhadores em todas as dimensões de sua cidadania, é preciso guardar nossa coerência em relação ao que de mais sagrado existe – a democracia e a liberdade de organização dos trabalhadores. É preciso eliminar todos os instrumentos de opressão sobre os trabalhadores, em particular o monopólio de representação e o imposto sindical.

É esta coerência que sustenta nossa política na sociedade. É ela que nos credencia para continuar propondo a construção do sindicato nacional dos metalúrgicos da CUT e continuar defendendo projetos que garantam o futuro da nossa categoria e contribuam para que nosso país possa construir um modelo de crescimento econômico com justiça social. Sem muito discurso, mas com muita coerência, garantia indispensável para a necessária credibilidade no diálogo e no enfrentamento – sempre que for necessário – com outros atores sociais.

Luiz Marinho é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/SP e integrante da Articulação Sindical da CUT

WAGNER GOMES



ARTIST

Mudanças democráticas e progressistas na legislação sobre o tema não estarão em pauta enquanto prevalecer a atual correlação de forças no Congresso Nacional

Não façamos coro ao

Defender hoje o fim das taxas compulsórias é fazer

A ofensiva reacionária do governo FHC contra os direitos dos trabalhadores e a organização sindical é uma das marcas desses dias adversos que estamos vivendo. Traduzindo a “reforma trabalhista” prometida na Carta de Intenção enviada ao FMI no final do ano passado, ela compreende uma série de iniciativas no campo das relações entre capital e trabalho, incluindo as arbitrarias medidas provisórias. Seu propósito é, de um lado, desregulamentar, flexibilizar e se possível abolir direitos sociais e trabalhistas; de outro, enfraquecer, dividir e pulverizar o movimento sindical para quebrar resistências à aplicação de sua política neoliberal.

É sob a luz desta estratégia neoliberal, e tendo por critério a presente correlação de forças políticas na sociedade e, em especial, no Congresso Nacional, que se deve abordar a polêmica e definir posições acerca das formas de organização e financiamento das entidades sindicais.

Hoje em dia, excetuando as vias obscuras do FAT, existem quatro diferentes formas de financiamento da atividade sindical: a) contribuição sindical (ou imposto sindical), equivalente a um dia de salário de todos os trabalhadores incluídos numa determinada base, descontada em folha de pagamento uma vez por ano; b) contribuição assistencial, definida em acordo ou dissídio coletivo (paga por sócios e não sócios); c) contribuição confederativa, aprovada em assembléia; d) contribuição (ou mensalidade) associativa.

Através de diversos projetos de lei apresentados por parlamentares de sua base e da Proposta de Emenda

Constitucional (PEC) 623, que encaminhou ao legislativo no ano passado, o governo FHC pretende acabar com as três primeiras formas de contribuição – as chamadas “taxas compulsórias”.

A PEC embute dificuldades extras, na medida em que restringe aos sócios a representatividade da entidade sindical. Na hipótese de instituição de uma outra taxa (fora da associativa), além de abranger apenas os associados, essa seria também limitada por um obscuro “princípio de razoabilidade”, arbitrado pelo Poder Judiciário, numa nova agressão à autonomia e liberdade sindical.

“FIM DA ERA VARGAS” É O PRETEXTO DE FHC

Sobrar, sem maiores problemas na proposta do governo, a contribuição associativa. Ora, quem acompanha o cotidiano do movimento sindical sabe que essa não é suficiente para bancar sequer o custo das atividades estritamente sindicais, quem dirá as mobilizações demandadas pela luta política contra a redução de direitos sociais, arrocho salarial, precarização de contratos e outras misérias impostas pelo governo central. Não é exagero deduzir que a “reforma trabalhista” negociada com o FMI tem, neste aspecto, o nítido objetivo de enfraquecer o movimento sindical, restringindo-lhe o campo de ação através de um redobrado arrocho financeiro.

Todavia, para vender o seu peixe, FHC diz e manda repetir que a sua intenção é acabar com o “corporativismo fascista” da “Era Vargas”, modernizar as relações

canto de sereia de FHC

o jogo do neoliberalismo

trabalhistas e (quanta generosidade) até mesmo “democratizar” a organização sindical, da mesma forma que a “flexibilização trabalhista” teria (contra todas as evidências em contrário) o nobre propósito de criar empregos. O governo insinua que os trabalhadores estão sendo sobretaxados pelos sindicatos, enquanto nos brinda com a criação de novos impostos, aumento das alíquotas dos antigos e transformação de tributos provisórios em permanentes (caso do CPMF) para viabilizar o pagamento dos juros da dívida pública.

Tais justificativas constituem o canto de sereia neoliberal do senhor presidente, ao qual infelizmente certas vozes da CUT fazem um perigoso e desafinado coro. Os interesses reais em jogo, mascarados em frases pomposas sobre “globalização” e “modernidade”, são de outra natureza. O motivo básico de tal política é um só: a maximização ou o aumento extraordinário dos lucros apropriados pelo capital através da exacerbação do grau de exploração dos trabalhadores. Esta é, por sinal, a base da estratégia das grandes companhias e investidores internacionais para superar a crise de reprodução e crescimento do sistema, que eclodiu no crepúsculo dos anos dourados do pós-guerra e ficou visível nos centros imperialistas a partir de meados da década de 70.

A política neoliberal carrega esta essência reacionária desde 1979, quando começou a ser implementada pelos governos de Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), traduzindo-se em privatizações, desmanche do chamado Estado de Bem-Estar Social

(onde existe), flexibilização, desregulamentação e redução de direitos sociais e, concomitantemente, quebra da resistência organizada dos trabalhadores. No nosso caso, o discurso oficial tenta dar um colorido nacional ao projeto neoliberal adicionando a idéia de redução do “Custo Brasil”, um apelido “patriótico” para o custo da força de trabalho, os magros salários e outros benefícios que nossas classes dominantes (cevadas no escravismo) consideram uma exorbitância.

NEOLIBERAIS ALMEJAM O DESMONTE DOS SINDICATOS

O enfraquecimento das organizações sindicais é indispensável para quebrar resistências à imposição desta “segunda etapa de reformas”, que incluem o fim da CLT, quem sabe o confisco do FGTS e, em perspectiva, a abolição até mesmo dos acordos coletivos. O objetivo neoliberal é a desregulamentação completa, que promete nos remeter de volta aos primórdios do capitalismo, quando inexistia o chamado direito do trabalho e limites legais à exploração da mão-de-obra. Não devemos nutrir ilusões a este respeito!

Com desemprego em massa, precarização dos contratos e redução da base de representação, não se pode dizer que o movimento sindical vive uma época de fartura. Pelo contrário, parcela substancial e provavelmente majoritária das entidades padece de uma séria crise financeira. O fim das alternativas de contribuição sindical existentes hoje, em quase 100% dos casos, significará o enfraquecimento financeiro e a

redução do poder de fogo das entidades, num momento histórico crucial para o destino dos trabalhadores, em que a “reforma trabalhista” negociada com o FMI está a meio caminho.

FORMA DE SUSTENTO NÃO DEFINE CARÁTER DA LIDERANÇA

Pode-se argumentar, à esquerda, que a contribuição sindical é um alimento de pelegos, mas não é a forma de financiamento que define o caráter das lideranças. Sindicalismo de colaboração de classes é praticado tanto em países onde são descontadas taxas compulsórias (caso, entre outros, da Alemanha), quanto naqueles em que essas inexistem. O problema é, antes, de natureza política e ideológica. Aqueles que reduzem a crise do sindicalismo aos problemas de estrutura revelam uma deplorável miopia política. De qualquer modo, não se pode dizer que a forma de financiamento atual seja a mais democrática e adequada para o movimento sindical.

Mudanças progressistas e democráticas na legislação são necessárias, mas não estão nem estarão em pauta enquanto não se mudar a correlação de forças no Congresso Nacional, hoje amplamente favorável ao neoliberalismo. Nas atuais condições, defender o fim das chamadas taxas compulsórias é jogar água no moinho de FHC e abrir as portas ao projeto neoliberal. Já é tempo de aprender as lições da malfadada negociação em torno da reforma da Previdência.

Wagner Gomes é membro da executiva nacional da CUT e coordenador da Corrente Sindical Classista (CSC)

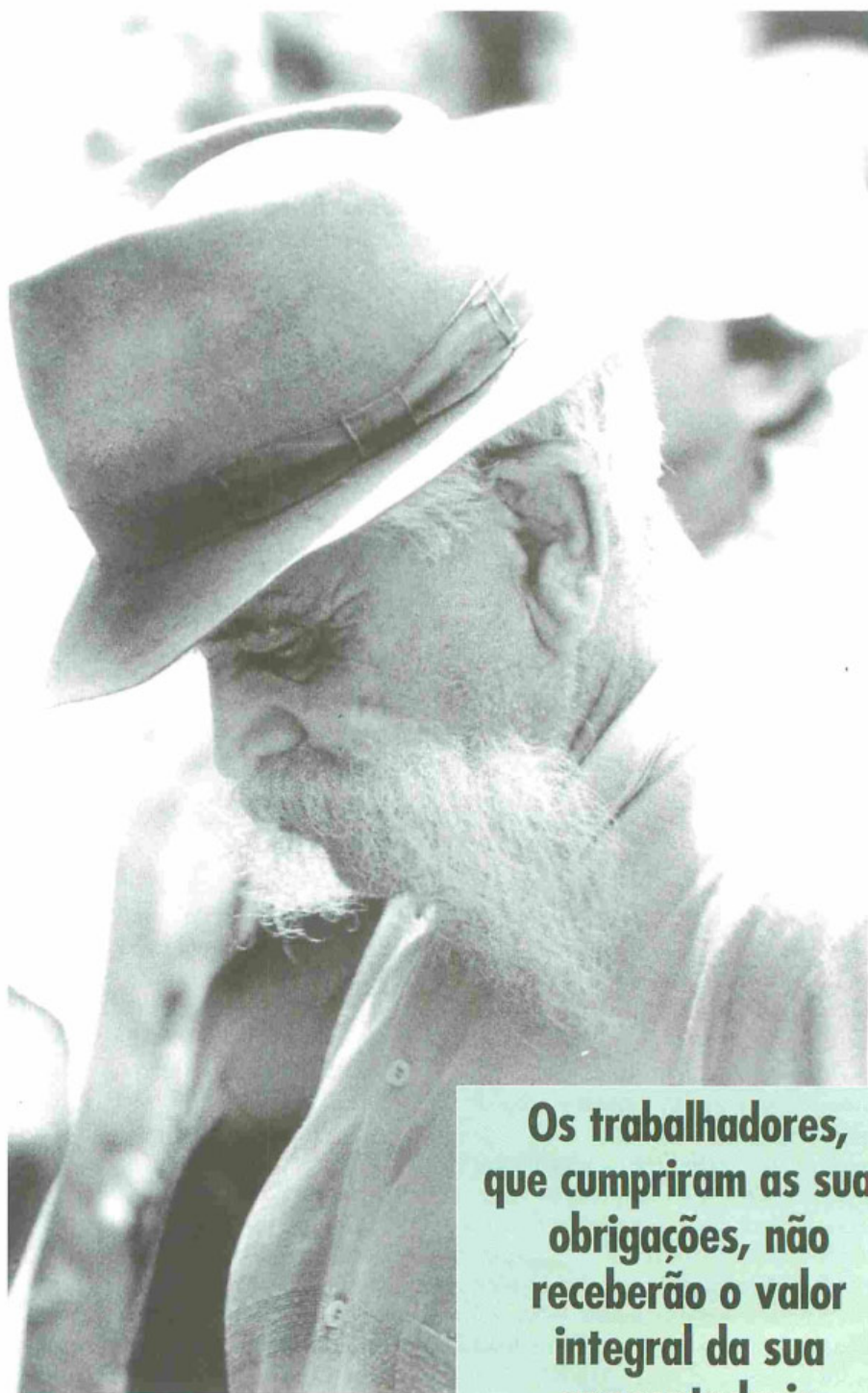
JANDIRA FEGHALI

Alterações na Previdência

Sob o falso argumento do déficit da Previdência, governo impõe projeto que agride direitos dos trabalhadores e está repleto de ilegalidades

O governo federal continua investindo pesado contra os trabalhadores e seus direitos. O Projeto de Lei 1527/99, que prevê novas regras para aposentadoria do setor privado, está em tramitação no Senado Federal após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados. O texto aponta para um forte retrocesso nas relações previdenciárias, agride fortemente os direitos dos trabalhadores e está repleto de contradições. Mesmo assim, a maioria dos deputados votou a matéria sem que ela fosse melhor debatida. Nem mesmo o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, soube explicar o novo critério para apuração da base de cálculo do benefício.

Hoje, para obter o valor do benefício, calcula-se a média das últimas contribuições reajustadas mês a mês. Em caso de período não contributivo dentro dos 36 meses, a lei possibilita a ponderação dos salários de contribuição num período não superior a 48 meses. No projeto em apreciação no Senado, são consideradas três situações: a



Alexandre Melchior

Os trabalhadores, que cumpriram as suas obrigações, não receberão o valor integral da sua aposentadoria

Só no ano passado, o governo desviou R\$ 18 bilhões da seguridade

penalizam trabalhadores

primeira, a dos segurados que até a data da publicação da lei cumpriram os requisitos constitucionais. Eles serão os únicos a terem garantido o cálculo do benefício e, por isso, não serão atingidos pelo prejuízo. A segunda é a dos segurados que até a data da publicação da lei ainda não cumpriram as exigências para a concessão dos benefícios. Nesse caso, a proposta é bastante confusa, e mesmo a regra de transição para efeito da aplicação do fator previdenciário não garante a integralidade do benefício.

A última situação é a dos segurados que se filiarem após a promulgação da lei. Para eles, a média seria calculada considerando-se 80% das melhores contribuições desde julho de 1994 até a data do requerimento. No projeto original, o governo pretendia ponderar 100% das contribuições. As implicações são claras. Essa ampliação da base de cálculo achata o salário de benefício por ponderar uma faixa muito larga de tempo. Os segurados que se aposentarem 35 anos após julho de 94 passariam a ponderar 28 anos de salários de contribuição para efeito do cálculo.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Avançada (IPEA), a curva salarial no início e no final da vida laboral tende a ser decrescente. Ao considerar praticamente toda vida laboral, acaba ponderando um grande período de baixa contribuição, o que já reduz a média para efeito do cálculo.

DRÁSTICA REDUÇÃO

No projeto, um outro redutor é a

aplicação do fator previdenciário, uma fórmula que considera tempo de contribuição, expectativa de sobrevida e a idade no momento da aposentadoria. Pela proposta, a média das contribuições recolhidas desde julho de 1994 deverá ser multiplicada por este fator para efeito do cálculo do benefício. Na realidade, o fator previdenciário incorre em quatro inconstitucionalidades. A primeira é que, ao considerar a idade na fórmula, inclui outra exigência, além da constitucional. No caso de aposentadoria antes dos 60 anos de idade, por exemplo, o salário de benefício sofreria uma drástica redução. Como explicar aos trabalhadores que, após cumprirem a exigência constitucional, não poderão se aposentar com o valor integral?

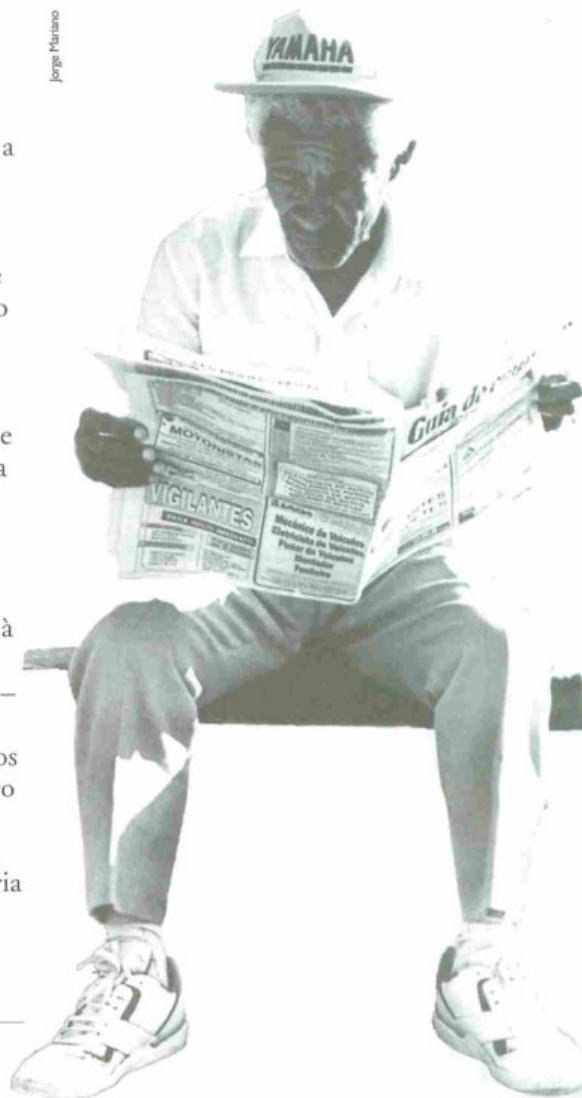
A segunda: a própria política de redução de benefícios fere o preceito constitucional. Quanto à terceira, trata-se da criação de um tempo fictício de contribuição de cinco anos para as mulheres e professores e de dez anos para as professoras, para que a redução de seus salários de benefícios não seja superior a dos homens. Com isso equipara, em tempo de contribuição, todos os segurados, desrespeitando o direito à aposentadoria diferenciada a que fazem jus as mulheres e professores — a quarta inconstitucionalidade.

A Previdência tem polarizado nos últimos anos o debate sobre o futuro de milhões de brasileiros. O trabalhador quer ampliar seus direitos e garantir uma aposentadoria após décadas de dedicação ao trabalho e à construção da riqueza

nacional. Já o governo submete o país a um brutal arrocho fiscal e corte de direitos. O intuito é fazer caixa para continuar pagando juros e serviços de uma dívida que compromete o futuro do Brasil.

O poder legislativo não pode patrocinar o corte de direitos adquiridos pelos trabalhadores após muitos anos de luta. Tenho como referência o artigo 194 da Constituição Federal, em que se afirma que a "Seguridade Social compreende um conjunto integrado

Jorge Murano



social para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)

Contribuição dos trabalhadores sempre foi superior à despesa

de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, à previdência e à assistência social”.

FALSA PREMISSA

O governo argumenta com o déficit na Previdência para justificar esse brutal corte de benefícios. Mas é uma premissa falsa. Até 1991, a contribuição direta de trabalhadores e empresas sobre a folha de salários sempre foi superior à despesa com os

benefícios. A partir daí, o modelo econômico implantado no país agravou o desemprego e precarizou as relações trabalhistas. Mesmo assim, em todos esses anos, sempre houve uma correspondência entre a soma de todas as despesas típicas da seguridade social – com previdência, saúde e assistência social – e a arrecadação das contribuições sociais.

Dificuldades na caixa da Previdência têm como responsável o governo, que somente no ano passado desviou R\$ 18 bilhões da

Seguridade Social para o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal). Outra evidência de que o déficit é falso está no orçamento para o ano 2000. Segundo projeções do próprio executivo, espera-se arrecadar R\$ 134 bilhões em contribuições sociais. Os gastos com saúde, INSS, pagamentos de servidores, enfim, toda a despesa de Previdência, consumirá R\$ 120 bilhões. Ou seja, haverá superávit de R\$ 14 bilhões.

Estamos convencidos de que as dificuldades da seguridade social brasileira não estão no valor, nem no número de benefícios. Para que o caixa fique equilibrado, é necessário suspender os constantes desvios de fontes pelo FEF; acabar com a permissividade dos grandes sonegadores – segundo dados do INSS, a dívida das empresas com a Previdência já ultrapassou R\$ 50 bilhões – e retomar o desenvolvimento econômico, acabando com o desemprego.

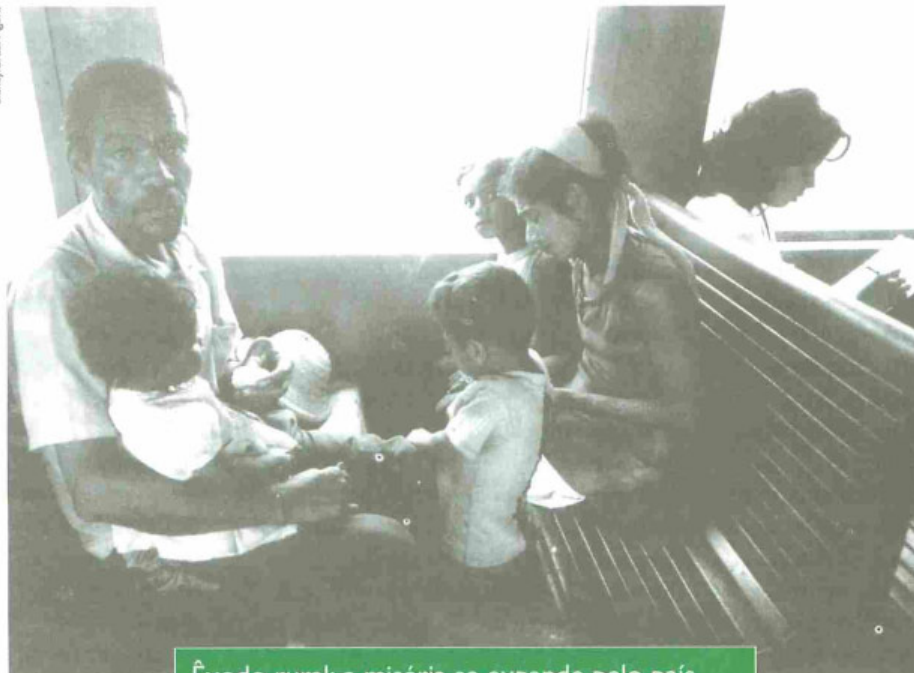
Impor alterações na previdência que prejudicam os aposentados não ajuda a combater a pobreza e nem o déficit público. O governo sabe que o caminho é outro. Mas, submetido às imposições dos acordos com o FMI, tenta jogar mais uma vez o peso de seus erros e desajustes sobre os trabalhadores e a sociedade.

Defendemos a seguridade social solidária e não o seguro social. Queremos uma Previdência Pública abrangente. Caso o Senado Federal também se preste ao serviço de punir o cidadão brasileiro e o presidente Fernando Henrique sancione este projeto vergonhoso, entrarei imediatamente com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. O trabalhador, o aposentado, o povo brasileiro merecem dignidade e respeito.

Jandira Feghali é deputada federal pelo PCdoB/RJ e membro titular da Comissão de Seguridade Social da Câmara de Deputados



Sidney/Brazil Agora



Êxodo rural: a miséria se expande pelo país

Orçamento-2000: uma grande fraude

Para atender ao FMI, governo FHC corta recursos da área social. Do orçamento de R\$ 1 trilhão para o próximo ano, R\$ 830 bilhões se destinam a encargos da dívida

SÉRGIO MIRANDA

O projeto de Lei Orçamentária para o exercício do ano 2000, apresentado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso, inclui graves e irreparáveis erros que atentam contra o progresso social do Brasil. Ele não deveria sequer ser apreciado pelo Congresso Nacional, já que constitui uma grande fraude, pois atropela a Constituição e as decisões do Tribunal de Contas da União, além de prever efeitos de uma emenda constitucional que ainda está em tramitação (PEC 85/99).

Explicando: para legitimar as brutais e crescentes transferências de

recursos da área social para viabilizar o *superávit* acertado com o FMI (R\$ 28,5 bilhões), o governo recorre à premissa de que "não importam os meios para justificar os fins". E mesmo propondo absurdas supressões de recursos da seguridade (previdência, assistência social e saúde) e da educação, ainda responsabiliza os aposentados e a previdência como os principais responsáveis pelo desequilíbrio das finanças públicas.

O alardeado orçamento de R\$ 1 trilhão para o ano 2000 é uma peça ilusória. FHC anuncia esse

portentoso montante, mas não chama atenção para os dados mais elementares, que denunciam que, desse total, R\$ 830 bilhões se destinam a encargos da dívida. São R\$ 640 bilhões somente para refinanciamento da dívida e a absurda dedicação de 143 bilhões dos recursos do Tesouro para os encargos financeiros da União – pagamento de juros e amortização, ou seja, nada menos que 43% do Orçamento reservados a esse fim.

Podemos recorrer a diversas alegações, como inconstitucionalidades e graves

O projeto de Lei Orçamentária do governo federal atropela a Constituição

desrespeitos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2000, para defendermos a devolução da proposta à Presidência da República. O projeto desrespeita, ainda, as decisões do Tribunal de Contas da União, que condena os desvios para o FEF dos recursos arrecadados pela CPMF, que são repassados para **despesas distintas** de sua finalidade original – a área de saúde.

Os mecanismos inconstitucionais que o governo projeta para o ano que vem são: a reedição do FEF, agora atendendo sob o novo nome de desvinculação da receita de impostos e contribuições – que prevê o repasse ilegal de R\$ 10,5 bilhões que não irão para o INSS em pagamento de benefícios previdenciários, afrontando o artigo 167, da emenda 20/98; e a insistência ilegal no desvio de parte da arrecadação da CPMF, estimada em R\$ 3,4 bilhões, que não se destina à previsão constitucional de despesas com pagamentos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social e custeio de ações e serviços de saúde pública.

FHC DESCONSIDERA A LDO

Que credibilidade podem ter o **presidente** da República e sua equipe ao insistirem em tamanhas ilegalidades para o cumprimento dos compromissos com o setor financeiro? O projeto de Lei Orçamentária não pode tramitar em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO orienta a elaboração da lei orçamentária anual, conforme disposto no artigo 165 da Constituição. Ao enviar uma proposta contrariando os preceitos constitucionais da LDO, o governo demonstra sua má-fé na adequação de um projeto de lei aos seus

interesses, quase sempre distintos dos da maioria da população.

O governo enviou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 85/99), estabelecendo a desvinculação de receita de impostos e contribuições, na verdade, a reedição do FEF, dispositivo que se encerra em 31/12/99. No entanto, o fato de haver uma proposta de alteração constitucional em tramitação não significa autorização para que ele descumpra a Constituição. Não há como antecipar os efeitos da promulgação de uma emenda, não sendo possível antever se será aprovada ou modificada e muito menos os seus desdobramentos.

A aprovação da PEC 85/99 não representa aumento da arrecadação nem receita nova. A desvinculação não é fonte de receita, mas um mecanismo de desviar os recursos de impostos e contribuições, contrariando a previsão legal fixada pela LDO.

DESVIOS DA CPMF E DO INSS

CPMF – O governo espera arrecadar da sociedade R\$ 17,1 bilhões a partir da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Novamente, a determinação constitucional não é obedecida. Na proposta orçamentária do governo, apenas R\$ 13,7 bilhões são identificados nas despesas previstas,

distribuídos entre a Previdência e o Fundo Nacional de Saúde. Isso significa que de toda a arrecadação, R\$ 3,4 bilhões não serão utilizados no cumprimento de despesas ligadas à sua finalidade original, de custear ações com o Regime Geral da Previdência Social e a saúde pública.

A emenda constitucional n.º 21, de 1999, prorrogou a **vigência** da cobrança da CPMF, ampliando ainda a alíquota de 0,20% para 0,38%. A destinação dos recursos está determinada pela Constituição Federal, não permitindo assim o desvio presente no projeto de lei orçamentária para o ano 2000.

O Tribunal de Contas da União (TCU) incorpora o argumento de flagrante inconstitucionalidade e determina que os recursos arrecadados pela CPMF sejam integralmente repassados às despesas que justificaram a sua criação. Em setembro de 98, o TCU condenou o desvio verificado entre 97 e 98 e estabeleceu medidas para acelerar a liberação de recursos para seus devidos fins, ressaltando a irregularidade da destinação de 20% da arrecadação para o FEF.

INSS – A arrecadação das Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores para as áreas sociais que compõem a Seguridade não está sendo repassada integralmente para saúde, assistência e previdência. O governo FHC desrespeita a Constituição, não obedecendo o artigo 167, da emenda

USO DA CPMF PELO GOVERNO	Em bilhões
Arrecadação total da CPMF	17.166,5
Valor utilizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social	6.505,2
Valor utilizado pelo Ministério da Saúde	7.288,0
Total desviado pelo governo FHC	3.433,2

O brutal esforço de arrecadação, que penaliza a sociedade, não prioriza

e as decisões do Tribunal de Contas da União

constitucional 20/98, que determina que é vedada "a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência".

O projeto de lei orçamentária em tramitação não cumpre essa determinação constitucional. A arrecadação prevista a partir destas contribuições é de R\$ 52,9 bilhões,

conforme está expresso na mensagem presidencial. Mas, desse montante, somente R\$ 42,4 bilhões estão à disposição do INSS, enquanto os outros R\$ 10,6 bilhões restantes não serão utilizados no INSS em pagamento de benefícios previdenciários. Esse desvio foi condenado pelo TCU, a partir de solicitação de minha autoria de inspeção extraordinária exigindo o cumprimento da emenda constitucional 20/98.

Receita das contribuições de empregadores e trabalhadores	52,9 bilhões
Recursos usados no pagamento de benefícios da Previdência	42,3 bilhões
Recursos desviados do INSS pelo governo FHC	10,6 bilhões

O insustentável peso dos encargos financeiros

O projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000 é uma perigosa peça de ficção. À primeira vista, os valores impressionam os desavisados. Afinal, é um orçamento de R\$ 1 trilhão, montante superior ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Mas, desse total, R\$ 640 bilhões são destinados somente para o refinanciamento da dívida.

O mais escandaloso no Orçamento-2000 é a dedicação de R\$ 143 bilhões dos recursos do Tesouro para os encargos financeiros da União, ou seja, pagamento de juros e

amortização líquida da dívida. Nada menos que 43% do Orçamento destinados a esse fim. O brutal esforço de arrecadação, que penaliza a sociedade, não prioriza a população e suas necessidades sociais. Contempla, sim, o setor financeiro e os credores internacionais.

DE MAL A PIOR

FHC culpa a Previdência e os gastos com aposentados pelo déficit público. Mas esse déficit, na verdade, é consequência da política econômica oficial, que

aumenta absurdamente o endividamento e diminui sistematicamente as verbas para os setores sociais e para estados e municípios.

A realidade está expressa objetivamente nos números dos orçamentos, demonstrando que os investimentos sociais diminuem, enquanto o volume de recursos para encargos financeiros aumentou 327% em quatro anos, segundo a variação dos projetos de Lei Orçamentária. A proposição para 2000 acentua ainda mais esse disparate: 43,68% do Orçamento destinados a gastos com juros e abatimento de dívida contra 5,9% dos recursos do Tesouro para a saúde e 3,78% para a educação.

Quando se subtraem dos gastos da União os encargos financeiros, pouco resta para investimentos sociais. Os R\$ 327 bilhões são reduzidos a R\$ 170 bilhões. Nada menos que uma vergonhosa migalha em um total orçamentário de R\$ 1 trilhão.

PERCENTUAIS PREVISTOS NAS PROPOSTAS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Percentual (%) de gastos do Tesouro	1997	1998	1999	2000
Ministério da Saúde	11,0	8,1	7,7	6,0
Ministério da Previdência e Assistência Social	28,3	24,5	24,8	21,4
Ministério da Educação	5,5	4,5	4,2	3,8
Encargos Financeiros ((pagamento de juros reais e a mortizações da dívida – excluída a rolagem)	18,1	31,2	34,0	43,7

as necessidades sociais do povo brasileiro

Sérgio Miranda é deputado federal pelo PCdoB/MG e especialista em orçamento público

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

As fusões de empresas e a Rede Sindical Internacional

Uma das características do aterrorizante “mundo novo” da globalização capitalista é a aceleração dos processos de fusão, aquisição e incorporação de grandes empresas pelas maiores, pelos tubarões. Esta dinâmica de concentração – que é umas das peculiaridades do estágio imperialista do capitalismo – tem se acentuado em todas as economias e apresenta resultados impressionantes.

Um estudo da consultoria internacional KPMG divulgado recentemente demonstra que nos primeiros nove meses deste ano, estas 3852 operações somaram US\$ 608 bilhões, um volume recorde e superior em mais de 11% ao do mesmo período do ano passado. Os setores em que a febre foi mais intensa foram o de telecomunicações, química, alimentos, bebidas, fumo, petróleo e financeiro; os países que mais recursos movimentaram foram os Estados Unidos, o Reino Unido, a Suécia, a França e o Canadá.

DEMISSÕES E RETROCESSOS

Estes números ainda não levam em conta as gigantescas fusões entre as companhias telefônicas norte-americanas MCI e Sprint e entre os bancos japoneses Sumitomo e Sakura, que somados totalizam mais que o dobro daquela cifra provisória.

No Brasil, segundo a Price Waterhouse Coopers, o processo tem se acelerado desde 1994 passando de 249 transações (34% das quais com participação de estrangeiros) para 479 em 1998 (67% das quais com



Diante da brutal “globalização” capitalista, os sindicatos precisam unificar suas lutas no mundo todo

estrangeiros). O setor mais movimentado tem sido o da informática, seguido dos setores de química e petroquímica; recentemente a Embraer anunciou a aquisição de 20% do seu capital por grupos franceses.

Fusões, incorporações, aquisições se fazem acompanhar de “enxugamento”, de “escala” ou seja, de demissões, de aviltamento de salários e de piora das condições de trabalho. Não é um processo neutro em relação aos interesses dos trabalhadores e do movimento sindical.

RESPOSTA GLOBAL

Foi com o intuito de começar a enfrentar estrategicamente o gigantesco processo mundial de centralização de empresas que nos

dias 7 e 8 de setembro, em Genebra, mais de 600 delegados procedentes de 90 países participaram do Congresso mundial extraordinário da Internacional de Comunicações onde tomaram a decisão de aderir à Rede Sindical Internacional (em inglês, Union Network International, UNI) a partir de 1º de janeiro de 2000. A Rede foi criada, em um processo maduro, refletido e em diversas etapas bem planejadas, agrupando, além da Internacional de Comunicação (IC), a Federação Internacional de Empregados, Técnicos e Profissionais (FIET), a internacional dos meios de Comunicação e Espectáculo e a Federação Gráfica Internacional (FGI). A nova entidade passa a ser o maior secretariado sindical mundial, representando mais de 14 milhões de trabalhadores em todos os continentes dos setores de telecomunicações, correios, meios de comunicação, gráficos, bancários, comerciários e artistas, entre outros.

O presidente do Sintetel/SP e da Fenattel, diretor da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Almir Munhoz, demonstrando a importância do movimento sindical dos telefônicos, do sindicalismo brasileiro e dos processos econômicos que envolvem o Brasil, foi eleito para a executiva da *Rede Sindical Internacional*. A língua portuguesa é uma das línguas oficiais da nova entidade.

Segundo ele, a criação da *Rede* “foi uma resposta organizada do sindicalismo mundial a todo o processo de globalização e ao que ele representa em termos de retirada de direitos, de precarização do trabalho, de terceirização em que vivemos há alguns anos. A unidade de ação, a soma de diferentes posições, deve superar as nossas diferenças e a divisão perante o grande capital internacional que monopoliza os serviços em escala global”.

Que a *Rede* surja forte e que tenha uma longa vida de lutas unitárias.

João Guilherme Vargas Netto é assessor de diversas entidades sindicais de São Paulo

Alexandre Machado

Sindicato dos
Trabalhadores
Metalúrgicos
de São Paulo
SEDE ESCOLA

FAT: formação ou atrelamento ao Estado?



Nos últimos anos, uma parcela do sindicalismo brasileiro passou a ter acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Destinados à formação profissional, eles se tornaram fonte de cobiça de muitas entidades. Além disso, três centrais sindicais hoje têm assento no conselho federal tripartite que administra estas verbas – o Codefat. Elas também integram a vasta rede dos

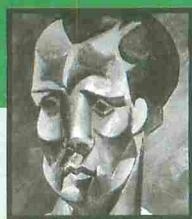
O FAT foi criado pela lei 7.998, de janeiro de 1990, que também determinou a constituição do seu conselho deliberativo

ALTAMIRO BORGES

chamados conselhos estaduais e municipais de emprego.

Esse tipo de gestão é uma novidade na história recente do sindicalismo no país e tem gerado muitas indagações e

controvérsias. Os recursos do FAT poderiam resultar numa nova forma de atrelamento dos sindicatos ao Estado? Por que este dinheiro está centralizado nas mãos de algumas instituições e qual o controle sobre a sua aplicação? Qual a verdadeira eficácia da formação profissional no trato do problema do desemprego? A polêmica é vasta e promete esquentar ainda mais no futuro.



Braço auxiliar do governo, a Força Sindical foi a maior beneficiada pelos recursos do FAT, abocanhando R\$ 18 milhões em 99

Motivos para tantos questionamentos não faltam. Afinal, o FAT é algo recente, pouco conhecido e já movimenta razoável volume de recursos. Oficialmente, ele foi criado pela lei 7.998, de janeiro de 1990, como decorrência do artigo 239 da Constituição de 1988. Este determinou que a arrecadação proveniente das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) passaria a pagar seguro-desemprego e o abono salarial.

Além dos recursos do PIS/Pasep, que são a sua principal fonte de receita, o FAT também passou a receber posteriormente uma cota-parte da Contribuição Sindical (descontada de um dia de salário de todos os trabalhadores) e verbas de

operações financeiras. Para gerir estes recursos, também por determinação constitucional, a mesma lei de janeiro/90 criou o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – o Codefat. Ele aprova a destinação de todas as verbas do fundo.

O Codefat é um organismo tripartite e paritário, composto por três representantes do governo, três das confederações patronais e três das centrais sindicais. Apenas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) têm assento no conselho. As demais centrais existentes no país (USI, CGTB, CAT, SDS, CCT) estão excluídas desse organismo de gestão – o que, evidentemente, tem gerado tensionamentos.

Segundo balanço de março deste

ano, o patrimônio total do FAT era de R\$ 41,2 bilhões. Deste montante, R\$ 26,12 bilhões estavam “emprestados” ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em 1997, o orçamento do FAT totalizou R\$ 11,2 bilhões; já para 1999, ele foi fixado em R\$ 8,6 bilhões, mas sofreu cortes de quase um bilhão de reais em função do “ajuste fiscal” imposto pelo acordo firmado entre o governo e o FMI.

DESTINO DAS VERBAS

O movimento sindical nem passa perto deste enorme volume de recursos. Cerca de 40% das receitas do FAT são desviadas para o BNDES, um banco público que deveria fomentar o desenvolvimento econômico e social do país. Na prática, entretanto, ele tem socorrido banqueiros, bancado empresas na privatização das estatais e investido na reestruturação produtiva. A contradição é evidente. O FAT, que deveria amparar o trabalhador, financia projetos que têm gerado desemprego em massa!

Outra fatia de recursos é destinada ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, às despesas com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a projetos governamentais como o Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) e o Proemprego (Programa de Expansão do Emprego), entre outros gastos. A destinação para a formação profissional passou a existir de fato a partir de 1995, quando o Ministério do Trabalho criou o Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), que só começou a funcionar no ano seguinte.

O Planfor é executado através das chamadas “parcerias nacionais”, em convênios firmados pelo Codefat diretamente com centrais sindicais e

BREVE HISTÓRIA

Apesar de nunca ter sido uma prioridade do Estado, a formação profissional tem uma vaga história no país. Alguns estudiosos chegam a se referir às “escolas de aprendizes de artífices”, criadas em 1906, no início da implantação do parque industrial nacional. Elas seriam a origem mais remota da rede de escolas técnicas federais montada com o passar dos anos. A partir da década de 40, os empresários passam a investir mais na área, objetivando adestrar a força de trabalho. É a partir deste período que se constrói o chamado “Sistema S” – que incluirá o Senai, Senac, Sesi, entre outros.

Já o governo João Goulart, através do decreto 53.324/63, criou o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra. Seu

objetivo era financiar cursos volantes e no interior das empresas. Durante o regime militar, a questão da formação foi abandonada. Com a eclosão da crise econômica no início dos anos 70, o governo preocupou-se em vender a imagem de que estava preocupado com a recolocação dos desempregados. Em 75, através do decreto 76.409, foi criado o SINE. Por sua vez, a lei 6.297/75 deu ainda maiores incentivos fiscais às empresas para o “Sistema S”.

Com o processo de redemocratização do país, a pressão do sindicalismo e de outros setores da sociedade garantirá na Constituinte de 88 as maiores mudanças no terreno da formação profissional – dando origem ao FAT e ao seu conselho deliberativo tripartite.

outras instituições; e também via comissões estaduais e municipais de emprego, em convênios com governos e prefeituras. Até janeiro deste ano, existiam 2.315 comissões municipais de emprego no país. Mas elas eram alvo de duras críticas, já que várias prefeituras e mesmo alguns governos estaduais não estariam garantindo a gestão paritária. Elas utilizariam os recursos doados de forma arbitrária, a serviço de projetos clientelistas e eleitorais.

Do orçamento inicial do FAT para 99, a parcela destinada à formação profissional era de R\$ 662 milhões. Destes, R\$ 500 milhões iriam para os programas estaduais de qualificação e o restante para as "parcerias diretas". Mas em decorrência do "ajuste" citado acima, o governo cortou quase pela metade estas verbas. Na divisão do bolo entre as centrais, a Força Sindical foi a maior beneficiada – abocanhando R\$ 18 milhões; a CUT ficou com R\$ 16,5 milhões; a CGT com R\$ 5 milhões; e até a inexpressiva Social Democracia Sindical (SDS), que não está no Codefat, arrematou R\$ 4 milhões.

EXPERIÊNCIA PRÁTICA

É com esta verba que as entidades sindicais investem em cursos e outras atividades de formação profissional. Segundo dados oficiais, entre 95/97, o Planfor atingiu 3,3 milhões de trabalhadores. No geral, em cursos de curta duração – em média com 80 horas-aula, voltados para a transmissão de habilidades específicas. Cerca de 60% deles concentraram-se nas áreas de informática, saúde e metalmecânica. O Planfor tem como prioridade os desempregados, trabalhadores sob

risco de perda de emprego e os pequenos e microprodutores urbanos e rurais.

No caso da Força Sindical, os cursos desenvolvidos seguem a cartilha da Secretaria de Formação (Sefor) do Ministério do Trabalho. Vão na linha do adestramento profissional, dentro da lógica do mercado. Além disso, a central tomou a dianteira em áreas próprias do sistema público de emprego – como a da intermediação de mão-de-obra. Na sua sede central, em São Paulo, funciona o "centro de solidariedade aos trabalhadores" – que cadastra desempregados e procura realocá-los. Filas monstruosas se formam todos os dias, o que serve para os seus intentos agressivos de *marketing*.

Quanto à CUT, houve um debate mais intenso sobre os objetivos e métodos deste trabalho. Já no seu quinto congresso, em agosto/94, aprovou-se uma resolução específica sobre o tema. Ela defende que "a formação profissional deve ser integrada à educação básica"; condena as visões reducionistas de "adestramento", o desvio de recursos públicos para o "Sistema S", o processo de privatização do ensino, o conceito de "empregabilidade", que culpa o trabalhador por sua exclusão do trabalho, etc. O texto serviu de referência aos estudiosos da área e foi apoiado pelas diversas correntes cutistas.

Seu projeto de formação mais desenvolvido é o Integrar, sob comando da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT). Ele é tido como exemplar porque procura inserir a educação básica como elemento decisivo da formação profissional. Mais recentemente, a

Recursos são desviados para o BNDES, que financia bancos, privatizações e reestruturação das empresas



BALANÇO MUNDIAL

Com a explosão do desemprego no mundo, vários governos passaram a priorizar os programas de formação profissional – numa verdadeira febre para vendê-los como panacéia para todos os males. Só que a vida é implacável e até mesmo instituições que faziam apologia da qualificação começam a reconhecer os seus limites – decorrentes da própria crise estrutural do capitalismo.

Um pesquisa realizada pela OCDE, organismo que reúne os países mais industrializados do mundo, já havia detectado, em 1993, que estes programas não resultam "em nenhuma melhoria quando a formação é dada a desempregados ou empregados sob risco de desemprego (...). Não existem evidências sólidas que permitam afirmar que, sempre e em qualquer caso, eles são eficientes e eficazes para reduzir a vulnerabilidade ao desemprego e elevar os salários dos beneficiários".

O Banco Mundial, principal instância orientadora da política educacional dos países "emergentes", também chegou a mesma conclusão no seu "relatório de desenvolvimento" de 1995. Em linguagem cifrada, relativiza "o valor do treinamento na ajudar os trabalhadores desempregados para encontrar novas colocações".

Mas o parecer mais incisivo foi o da Organização Internacional do Trabalho no seu documento de balanço do ano passado. Para a OIT, "os programas de formação profissional só dão resultados positivos quando a política macroeconômica fomenta o crescimento da economia". Parece óbvio, mas serve para espantar os mercadores de ilusões!



CAPA ■ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O próprio Sefor admite que somente 17% dos cursos de qualificação implementados visam o ingresso no mercado formal de trabalho

O IMPERMEÁVEL “SISTEMA S”

Desde a sua origem, na década de 40, que o chamado “Sistema S” é algo totalmente impermeável à sociedade. Bancado por fartos recursos públicos (provenientes das contribuições obrigatórias dos trabalhadores, deduzidas das folhas de pagamento), ele é controlado com rigor pelas confederações patronais da indústria e do comércio.

Não há qualquer acesso aos seus programas de formação, que visam unicamente o adestramento dos alunos para tarefas/operações fragmentadas, dentro da lógica do mercado. Além disso, não existe nenhuma transparência na aplicação das verbas públicas. Na eleição parlamentar de 1998, alguns jornais chegaram a insinuar



central seguiu os passos da sua principal concorrente e inaugurou um “centro integrado de atendimento ao trabalhador”, em Santo André (SP). Tal iniciativa causou duras críticas de várias tendências internas. Tanto que na última plenária da CUT, em agosto, o tema da formação profissional já não foi mais consensual.

RESULTADOS PÍFIOS

Apesar do mérito de alguns destes programas, o balanço geral desmistifica cabalmente o discurso do governo de que eles seriam um remédio milagroso capaz de solucionar o grave problema do desemprego. Os resultados das várias iniciativas são irrisórios. Até porque

que a campanha a deputado federal do presidente da Fiesp, Moreira Ferreira (PFL/SP), teria sido financiada por estes recursos.

A CUT, na sua plenária de agosto passado, decidiu lançar uma campanha nacional “em defesa da utilização pública dos recursos públicos que são apropriados e administrados pelas confederações patronais, via Senai, Senac, etc.”. Segundo a central, o total de verbas disponíveis em 1988 para o “Sistema S” foi de R\$ 4,3 bilhões – “quase 12 vezes os recursos do Planfor”. A central também reafirmou o apoio ao projeto de lei de autoria do ex-deputado Miguel Rosseto (PT/RS), que garante a gestão pública deste sistema. A CUT reivindica que ele seja democratizado, “através da gestão tripartite e paritária dos recursos e das decisões pedagógicas e administrativas”.

há total desarticulação entre elas – os que recebem seguro-desemprego não são encaminhados às agências de colocação, não passam por cursos de formação e nem são beneficiados pelos financiamentos do Proger.

Segundo pesquisas oficiais, em média apenas 2,5% dos desempregados que se cadastram nos 868 postos do SINE do país conseguem um novo emprego. Já o Proger nunca deslanchou. No passado, a Força Sindical, abanada pela mídia, montou barracas de cadastramento em

praças públicas. Alistou 16 mil interessados na liberação de recursos para a montagem de negócios próprios. Mas apenas 36 inscritos foram atendidos! “Foi um desastre”, reconheceu Paulo Pereira, presidente da central. Quanto ao Proemprego, nem o próprio governo dispõe de uma avaliação sobre a sua real eficácia.

Mesmo no caso do Planfor, não há muito o que comemorar. De acordo com pesquisa da Secretaria do Trabalho de São Paulo, somente 11% dos desempregados que fizeram cursos de formação em 1997 conseguiram novas vagas e isto após seis meses de procura. Destes, apenas 5,7% declararam ter aumentado os seus ganhos em consequência do aprendizado adquirido. Pela própria definição do público alvo, no máximo o Planfor serve para inserir alguns desempregados no mercado informal de trabalho, mais precarizado e com baixos rendimentos. O próprio Sefor admite que somente 17% dos cursos implementados visam o ingresso no mercado formal, com carteira assinada.

ALGUNS CONSENSOS

Apesar dos entraves existentes, todas as correntes cutistas disputam o acesso aos recursos do FAT. A

Articulação Sindical (Artsind), até por ser a tendência majoritária da CUT, é a mais envolvida neste processo. Ela detém maiores informações sobre o “mapa da mina”; um de seus dirigentes, Delúbio Soares, é o representante da central na Codefat; e a maior parte das verbas até hoje

Os projetos de qualificação da Força Sindical seguem a cartilha neoliberal, na linha do “adestramento profissional”

destinadas à CUT foi utilizada em estruturas hegemônicas por esta tendência.

Confiante nos resultados desse projeto, Altemir Tortelli, secretário nacional de formação da CUT e integrante da Artsind, avalia que este talvez seja um dos maiores desafios que a central já enfrentou. "Quando a CUT optou por desenvolver experiências no campo da formação profissional, ela sabia que teria de articular duas dimensões da questão: a primeira dizia respeito ao desenvolvimento de uma nova prática pedagógica, que superasse a chamada 'pedagogia do adestramento'. A segunda, referia-se à nossa intervenção nos espaços institucionais, à luta pela democratização do Estado".

Tortelli descarta a possibilidade da CUT perder a sua autonomia neste processo. "Queremos mudar a forma de administração dos recursos públicos. Queremos uma gestão tripartite do Planfor para gerir os recursos do FAT. Nosso objetivo é alcançar uma economia solidária, a autogestão e o cooperativismo. Quanto ao risco de atrelamento, nossa luta histórica nos afasta do governo. Vários movimentos populares, como o MST, usam recursos públicos sem que isso os atele ao Estado".

Já as demais correntes da central são mais críticas em relação ao FAT. Mesmo assim, defendem a participação na sua gestão e têm implementado alguns projetos de formação. Segundo Pascoal Carneiro, secretário de políticas sociais da CUT e integrante da Corrente Sindical Classista (CSC), "esse dinheiro vem do nosso bolso e deve ser gerido pelos trabalhadores. Não pode servir para financiar banqueiros, privatizações e reestruturações que só geram desemprego. A formação pode inclusive ser um instrumento para que os sindicatos se aproximem dos setores excluídos".

Rafael Freire, também da

executiva da CUT e integrante da Alternativa Sindical Socialista (ASS), vai no mesmo rumo: "É uma verba pública, que não pode ser apropriada apenas pelo governo e pelos empresários". Dirceu Travesso, dirigente da CUT/SP e membro do Movimento Tendência Socialista (MTS), é mais reticente, porém relativiza sua resposta. "Como política mais geral, somos contra. Agora, do ponto de vista prático, não podemos ficar de fora deste processo e deixar que se montem estruturas paralelas para disputar a hegemonia onde temos presença".

MUITAS DIVERGÊNCIAS

A preocupação maior destas três tendências cutistas é a de evitar distorções no uso destes recursos. Apesar da ausência de provas, todos lembram que a grande imprensa já insinuou que haveria casos de desvio deste dinheiro. Quando

da eleição do deputado federal Luís Antonio de Medeiros, dirigente da Força Sindical, houve muita boataria neste sentido. Em recente entrevista, o próprio Paulo Pereira, presidente desta central, argumentou que poderia garantir a lisura na aplicação dos recursos no seu sindicato ... mas não colocava a mão no fogo pelos outros. Há também indícios, cada vez mais fortes, do uso dessas verbas no aliciamento de militantes sindicais em vários Estados.

Mas este tipo de degeneração ainda não estourou. O que mais preocupa as correntes cutistas de esquerda, no momento, é a questão política. Rafael Freire, por exemplo, indica alguns

Para a Artsind, não existe risco de atrelamento; já as demais correntes cutistas afirmam que o perigo é real

pressupostos que deveriam nortear a ação da central. "O primeiro é uma posição firme contra o desvio destes recursos para as privatizações de FHC. O segundo é desmistificar a idéia de que a formação gera emprego. O

FORMAÇÃO PROFISSIONAL – 1996

	ESCOLAS TÉCNICAS	SISTEMA "S"	PLANFOR
USUÁRIOS	700 MIL	3 MILHÕES	1.193.100
GASTOS	R\$ 1 BILHÃO	R\$ 2 BI	R\$ 269 MI
HORAS/USUÁRIO	N/D	83,7	102,8
GASTO/USUÁRIO	R\$ 1.428,57	R\$ 666,67	R\$ 225,50

Fonte: Marcio Pochmann, "Trabalho sob fogo cruzado", Editora Contexto, São Paulo, 1999

RECURSOS DO FAT PARA AS CENTRAIS – 1999

FORÇA SINDICAL	R\$ 18 MILHÕES
CUT	R\$ 16,5 MILHÕES
GGT	R\$ 5 MILHÕES
SDS	R\$ 4 MILHÕES

Fonte: Revista Época, 19/3/99



CAPA ■ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Apenas 2,5% dos cadastrados no SINE e 11% dos que fazem cursos do Planfor conseguem arrumar novos empregos

terceiro é garantir que as verbas sejam usadas nos sistemas públicos de emprego e qualificação, tipo SINE e escolas técnicas. Elas não podem servir de estímulo ao ensino privado”.

Diferentemente do secretário de formação da CUT, todos acham que existe o perigo de uma nova forma de atrelamento do sindicalismo ao Estado. “Agora mesmo, FHC quer impor uma Emenda Constitucional, a PEC-623, para pulverizar e enfraquecer os sindicatos. Possuindo a chave do cofre, o governo até pode

tentar alguma chantagem. Em troca do fim da unicidade e das contribuições sindicais, algumas centrais poderiam ter acesso facilitado aos recursos do FAT”, comenta Pascoal Carneiro. Para ele, a dependência exagerada desta verba deixa o sindicalismo bem mais vulnerável.

Dirceu Travesso, que sempre defendeu o fim das contribuições compulsórias, chega a apontar um novo dilema no discurso cutista. “Fica estranho lutar pela extinção do Imposto Sindical e, ao mesmo

tempo, depender das verbas do FAT. Em certo sentido, o dinheiro das contribuições é distribuído de forma mais democrática. Vai direto para os sindicatos. Já esses recursos são centralizados pelas centrais. Uma entidade com certa autonomia política pode ficar sem qualquer acesso aos recursos do FAT. A central fica dependente do Estado e o sindicato, da central”. Rafael concorda: “O risco da dependência é real. Só neste ano, a verba do FAT superou as receitas ordinárias da CUT”.

A OPINIÃO DE ESTUDIOSOS

Alguns estudiosos do sindicalismo comungam das mesmas preocupações das lideranças cutistas e ainda agregam outros complicadores na polêmica sobre o FAT. Fernando Fidalgo, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, avalia que as centrais brasileiras estão diante de uma encruzilhada. “Num quadro de defensiva, não há como escapar destes conselhos tripartites. É uma tendência mundial. Só que isso gera contradições. O sindicalismo assume funções de ‘funcionário do Estado’, um tipo de neocorporativismo”.

Autor do livro “A formação profissional negociada”, ele adverte: “O neocorporativismo é muito eficiente no arrefecimento dos conflitos de classe. Tem um papel ideológico forte. No geral, os sindicalistas não percebem e adotam uma postura adesista. O risco maior é o de ser absorvido pelo sistema. Se a participação nos conselhos é considerada a principal estratégia de ação, entram num beco sem saída. A lógica é a do consenso. Nesse sentido,

cria um novo sindicalismo de Estado”.

Quanto aos aspectos pedagógicos, Fernando Fidalgo, doutor em educação, também faz ressalvas. Para ele, o Planfor visa formar mão-de-obra barata para um mercado em mutação. “Seu projeto formativo é de adestramento, com cursos rápidos e fragmentados. Visa inserir pessoas no mercado informal de trabalho”. No caso da CUT, avalia que o seu projeto pedagógico é mais avançado. Mesmo assim, não alimenta ilusões. “A experiência mundial mostra que os recursos públicos para formação favorecem mais a instituição, o sindicato, do que os seus representados, os trabalhadores”.

Marcelo Badaró, professor da Universidade Federal Fluminense, defende que as centrais alterem a sua política em relação ao FAT. “Ela deveria estar centrada principalmente na luta pela ampliação da cobertura (em meses) e do valor do seguro desemprego, que é a função deste fundo. Tal bandeira poderia aglutinar milhões de desempregados”. Além disso, os sindicatos deveriam retomar suas bandeiras históricas de combate ao desemprego, como a redução da jornada de trabalho.

Para ele, a presença da CUT no Codefat gera graves riscos. “Estes órgãos tripartites têm uma lógica

corporativista cujo sentido é a convivência harmônica entre capital e trabalho, sob a mediação do Estado. Discordo desta participação”. Segundo afirma, os projetos alocados na área da qualificação profissional foram responsáveis por cerca de 36% das despesas previstas no orçamento da central no ano passado. “Parte significativa das receitas que hoje mantêm a CUT passa pela mediação do Estado, configurando um nível de dependência maior do que o relacionado ao Imposto Sindical”.

Outro que discorda desta participação é o sociólogo Ricardo Antunes, professor da Unicamp e autor de diversos livros sobre sindicalismo. Ele não acredita que o FAT gere atrelamento ao Estado, no sentido da estrutura sindical. “O problema maior é subjetivo, de subordinação ideológica”. Para ele, a própria idéia da formação profissional é falaciosa. “Os sindicatos viram centros de qualificação, quando deveriam ser escolas de formação política e de luta”. Ele, entretanto, matiza sua opinião. “Não sou sindicalista e sei que a questão é complexa. O MST, por exemplo, usa recursos públicos, mas para projetos de educação de classe. Por uma posição de princípios, sou contra”.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES).
Correio eletrônico: aaborges@ibm.net



João Amazonas, presidente do PCdoB (ladeado por Jair Meneguelli, dirigente da CUT), fala no congresso de fundação da CSC

Bases para os princípios do sindicalismo classista

Num cenário adverso, a CSC ajudou a impulsionar a consciência e a luta de resistência

SÉRGIO BARROSO

Os dez anos de construção da Corrente Sindical Classista (1989) significaram um novo momento de reorganização do sindicalismo anticapitalista militante no Brasil. Foram anos de grande esforço renovador dos objetivos da tradição sindical marxista, também porque nascente numa década de grandes vicissitudes do mundo do trabalho e de evidentes dificuldades para a afirmação da legítima cidadania operária. Esse esforço ocorreu simultaneamente a um reaprendizado político do trabalho de frente única, na CUT – desde

1991. Reaprendizado que se configurou num quadro historicamente singular na luta pela hegemonia do movimento operário e sindical no país, em que – na resultante dos indelével combates

para a destruição da ditadura militar – distinta disposição de forças (e correntes) ideológicas espalhou-se à esquerda. Na transição dos anos 70 para os 80, emerge um novo ciclo das lutas sociais no Brasil, marcado pela crescente pluralidade política.

Por isso mesmo não se deve subestimar o papel impulsionador da CSC na elevação da consciência política dos círculos sindicais que formam opinião entre os trabalhadores, bem como sobre as lutas de resistência das massas mais avançadas, em particular nos sindicatos sob sua influência. Em

Na resistência ativa ao neoliberalismo, a CSC nunca abandonou a sua

primeiro lugar, porque a emergência da CSC se dá em meio à mais tempestuosa batalha ideológica ocorrida desde a ascensão nazifascista antecessora da II Guerra Mundial. Com efeito, já iniciado o ataque multilateral do neoliberalismo aos trabalhadores – no capitalismo central –, sobreveio o colapso político dos países do Leste da Europa e a desintegração da URSS: a crise do socialismo (e do marxismo).

Em segundo, porque também no Brasil os anos 90 foram esculpidos à brasa viva sobre os ombros dos proletários e demais trabalhadores; podendo-se afirmar que neles sofremos derrotas sindicais, trabalhistas e sociais, tendo o desemprego e o empobrecimento das grandes massas alcançado níveis impensáveis. Estudo recente de Claudio Dedecca mostra que no Brasil, entre 89/98, houve redução de 50% do emprego industrial, de 30% nos salários e de 23% da massa de salários no produto industrial.

Num outro patamar, organizou-se dando vivas ao neoliberalismo a chamada Força Sindical (1991), nascente com discurso de “despartidarizar os sindicatos”. Um sindicalismo vivente à cata de recursos públicos/patronais, com seu presidente tratando publicamente diretores da Fiesp de “companheiros”; que manobra em mobilizações específicas ou sai da descarada adesão quando qualquer governo entra em declínio.

Devemos assim declarar que vimos persistindo na trilha da resistência ativa, frente às tentativas de liquidação dos direitos dos trabalhadores, ao tempo em que, em nenhum momento, abandonamos nossa inspiração socialista verdadeira; nem nos ilude saídas de

As mudanças na dinâmica capitalista e os entraves à ação sindical colocam novos desafios à CSC

remendo do Estado burguês – em decomposição histórica. Ao contrário, a CSC tem insistido na perspectiva do socialismo renovado e não se imagina dando trégua à alternativa estratégica de aliança com o capital (da social-democracia), tampouco aceitando o sectarismo desagregador de variantes do trotskismo. Problemas que, afinal, dizem respeito ao desenvolvimento objetivo de uma das faces da luta de classe.

Nesse processo, um balanço geral do trabalho da CSC destaca bem mais avanços e crescimento, do que retrocessos e limitações. No entanto, ao colher lições desta etapa, devemos ir tirando conclusões do exame das transformações que vivenciamos: mudanças na dinâmica capitalista e enormes entraves para a atividade sindical, ao lado da verdadeira guerra ideológica que se projeta com uma força imensa na virada deste século.

SENTIDO DAS MUDANÇAS

No estudo aprofundado das metamorfoses do sistema capitalista, coincidências e diferenças podem ser destacadas das mudanças ocorridas em fins do século passado (passagem

ao capital monopolista, o imperialismo) e deste (dominância/expansão financeira, ou “financeirização”). De significados distintos, na primeira, a transformação no núcleo tecnológico (da II Revolução Industrial) impulsionou este modo de produção a uma outra fase de qualidade superior. Assim, pode-se ver ali, simplificada: a) mudança na base técnica-produtiva capitalista, aparecendo novas profissões e progressivo incremento do trabalho vinculado às funções públicas e estatais; b) conglomeração (sindicatos gerais) e nacionalização (sindicatos nacionais) de grande parte das estruturas sindicais; nova estrutura, ação e estratégia sindicais desdobraram-se do então denominado “novo sindicalismo” inglês, de evolução similar na Europa.

Na atualidade, quando é correto considerar inconclusa a III Revolução Industrial (baseada na microeletrônica, biotecnologia e novos materiais), aparecem particularmente desde meados dos anos 80: a) desverticalização da produção, com foco em atividades competitivas e produtos novos e diversificados; b) mudança da base técnica de produção; c) alteração na organização da produção, com redução das plantas, terceirização/rede de fornecedores; d) redução das hierarquias internas do trabalho, trabalho em ilhas, com maior “qualificação” no núcleo estável; e) formas “participativas” em decisões empresariais, incentivos remuneratórios por metas de produção. Há imediata redução no emprego direto (ver Pochmann, 1999; “O trabalho sob fogo cruzado”).

A luta pela unidade do movimento sindical é indissociável da batalha pela

inspiração socialista

Do capitalismo central (chegando ao periférico e dependente), as tendências das mudanças se conjugam a uma articulada política da grande burguesia, impondo ao trabalho: a) predomínio das negociações descentralizadas (por empresa) ou fragmentadoras do poder das estruturas sindicais nacionais ou centrais; b) negociações das classificações ocupacionais – antes definidoras da função e do nível hierárquico do trabalho – passam a ser “genéricas”, flexibilizando-as em compatibilidade aos objetivos da produção; c) generaliza-se a remuneração por produção individual – ao invés da complexa determinação institucional anterior dos salários – vinculando-a a resultados das empresas; d) a modulação da jornada de trabalho – semestralidade ou anualidade, ao invés da semanalidade – para eliminação do tempo morto e equipamentos.

Esse quadro se processa à luz de uma crise capitalista estrutural, acentuadamente marcada por uma exclusão social nunca vista em sua história – revelando a plenitude da formulação decisiva de Lênin sobre o duplo movimento do capitalismo: decomposição e desenvolvimento. Todavia, historicamente, é incorreto deter-se apenas no caráter “destrutivo” ou “regressivo” como efeitos da atual crise capitalista [1].

ATUALIDADE DOS PRINCÍPIOS

Em simultâneo, a imposição de um quadro defensivo aponta uma reordenação da política sindical de classe. Esta deveria ter entre outros centros de ação e objetivos hoje: políticas de pleno emprego e estratégias democráticas de



O III congresso definiu como eixo a luta contra o neoliberalismo

desenvolvimento orientadas para o povo (documento da FSM, 1999); melhorar a vida dos trabalhadores, resolver o desemprego, reduzir a diferença entre ricos e pobres, buscar a justiça social (FNSCh-China, 1999); unidade sindical nacional, regional e sub-regional para garantir emprego, salário, proteção social, equidade e desenvolvimento sustentado (CTC-Cuba, 1999); o reconhecimento do papel interventor e/ou dinamizador do Estado em todas as áreas da atividade econômica e social dos países e da vida dos cidadãos na concretização dos direitos, liberdades e garantias individuais, da solidariedade entre todos (CGTP-Portugal, 1999).

Assim, num breve roteiro para a discussão, a atualidade dos princípios do sindicalismo classista deveria considerar: a) necessidade da **tática política** levar em conta vários movimentos para desbaratar as forças internas de sustentação do neoliberalismo, ocorrendo a desmontagem do Estado-Nação, com substituição do trabalho assalariado formal, desfigurando-o e precarizando-o; b) relevância da **estratégia socialista** revolucionária, que volta a se constituir como questão-chave, diante (também) das manifestações de “abandono sindical” da perspectiva transformadora; c) ser indissociável a

luta pela **unidade** do movimento sindical da conquista de sua **hegemonia**; d) adquire urgência a **organização sindical** das novas ocupações e profissões que vêm aparecendo, assim como a concentração de estruturas sindicais; e) a luta pela **redução da jornada de trabalho** (35 horas semanais) só terá consequência se associada à políticas econômicas desenvolvimentistas; f) é inteiramente justo a adoção da consigna “**direitos não se negociam**” (pois são para ser cumpridos) – na medida em que a redução dos custos do trabalho é alvo central, e determinação desesperada da concorrência intercapitalista; g) amadurecem as exigências para práticas **internacionalistas** mais sólidas – com o campo sindical classista que busca se recompor.

NOTA

1- A análise sistêmica do capitalismo contemporâneo, onde um propalado retorno ao “liberalismo” justificaria a doutrina do comando absoluto do mercado, deve ser compreendida a partir da terceira lei da dialética – sistematizada por Lênin nos “Cadernos Filosóficos”: o estágio de negação da negação, onde o regresso (ao velho) é apenas aparente, expressando momentos da conexão (ao novo).

conquista da hegemonia

Sérgio Barroso é membro da executiva da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

ULISSES RIEDEL

A PEC-623 avança contra a organização dos sindicatos

Enquanto a classe trabalhadora “dorme em berço esplendido”, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 623/98 avança celeremente para o desmonte da organização sindical no país. Temendo os seus efeitos, integrantes da “Frente Parlamentar e de Entidades Sindicais em Defesa da Organização Sindical e do Emprego” visitaram o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, levando um abaixo-assinado, firmado por milhares de sindicatos, solicitando a retirada da proposta de emenda.

Na oportunidade, o ministro disse que a PEC seria fatiada, não sendo mais apreciada em bloco. Essa informação trouxe certa tranquilidade aos sindicalistas. Só que o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional e a Comissão de Constituição e Justiça nomeou como relator o deputado Moreira Ferreira (PFL/SP). Este apresentou o seu relatório em 4 de outubro, dividindo a PEC em duas, separando a questão da organização sindical da que diz respeito à Justiça do Trabalho.

O deputado votou no sentido da “admissibilidade e boa técnica legislativa” da proposta do governo e incluiu toda a matéria sobre organização sindical num único substitutivo. A emenda apresentada é uma reprodução fiel, sem uma única palavra a mais ou a menos, da PEC-623. Sendo assim, ela está em plena marcha para o desmonte dos sindicatos brasileiros.



**Resolução da
plenária da CUT
é semelhante
à proposta
do governo**

POSIÇÃO DA CUT

Merece realce o fato de que a 9ª Plenária Nacional da CUT, em agosto, aprovou uma proposta de emenda substitutiva à PEC para debate junto às bases, em cuja essência se mantém o projeto do governo. Contrariando posicionamentos anteriores da central, propõe-se que os sindicatos representarão apenas os associados e permite-se a organização sindical por empresa.

Na Constituinte, o PT defendeu o seguinte texto sobre o tema: “Havendo mais de uma entidade sindical da mesma categoria ou ramo de atividade na mesma área de jurisdição, que não poderá ser inferior à área de um município, a forma de representação para fins de negociação coletiva será fixada em lei, acordo ou convenção celebrada

entre as partes interessadas”. Quanto à manutenção financeira das entidades, propôs: “A assembleia geral fixará a contribuição da categoria, que, se profissional, será descontada em folha de pagamento”.

Ou seja: o PT, com o apoio da CUT, defendeu: a representação da categoria ou ramo de atividade e não de associados; a base territorial não inferior ou município; e a contribuição sindical definida em assembleia, alcançando toda a categoria profissional. Ressalte-se, ainda, que a Articulação, corrente majoritária da CUT, aprovou um documento, em outubro/93, no qual destacou: “Não adotamos o princípio de que o sindicato só represente os filiados”.

GRAVES EQUÍVOCOS

Considerando que a decisão da 9ª plenária é uma sugestão para debate, espera-se que os sindicatos não incorram no mesmo equívoco da assessoria que elaborou uma proposta praticamente igual à do governo – com representação exclusiva dos associados e estímulo ao sindicato de empresa, já que simultaneamente ela também propõe a retirada da base mínima municipal.

Observe-se que a representação sindical alcança as categorias profissionais e econômicas. No âmbito patronal, apenas 5% das empresas são filiadas a um sindicato. Sendo assim, se a representação for apenas de associados, as negociações em 95% dos casos ocorrerão por empresa.

Outro grave equívoco dessa sugestão da assessoria está no fato de propor um prazo de 90 dias, após a promulgação da emenda constitucional, para o início das negociações tripartites com o objetivo de formular um projeto de lei de garantia à organização sindical. Tais normas não devem ficar para depois – já que podem nunca sair!

Ulisses Riedel é advogado trabalhista e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)



A ditadura na Fiat

Além de cumprir o objetivo de pressionar as empresas a negociarem um contrato nacional de trabalho para o complexo automotivo brasileiro, a paralisação na Fiat Automóveis, em setembro passado, serviu para dar visibilidade à situação enfrentada pelos trabalhadores e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas há pelo menos 20 anos. O protesto daquela manhã mostrou para o país e para o mundo, em versão ampliada, o sofisticado e cruel aparato repressivo empregado pela montadora italiana no dia-a-dia de suas linhas de produção.

A repressão na Fiat Automóveis não é novidade e parte de uma filosofia histórica de concepção tipicamente autoritária, que um dia a

Ação truculenta
de seguranças e
soldados da PM
contra a paralisação
na Fiat de Betim,
em setembro,
desmascara a
postura fascista
da multinacional
italiana

ALVIMAR DA LUZ DIAS

fez apoiar o líder fascista Benito Mussolini em troca de alguns bilhões de liras em contratos militares. Ancorada em estratégias eficientes de *marketing*, a empresa esconde do público, que consome seus veículos, o terror cotidiano vivido pelos trabalhadores de Betim no chão da fábrica.

Uma característica marcante da Fiat, em todo este tempo, é a relação “umbilical” que estabelece com o Estado, tanto com o objetivo de que este subsidie seus negócios – como o que ocorreu na Itália dos anos 20 e em Betim a partir de 1976 – como também através da “requisição” do uso da força policial, cujo exemplo mais próximo foi a paralisação de setembro.

Ventiladores e espremedores de frutas para estimular a competição

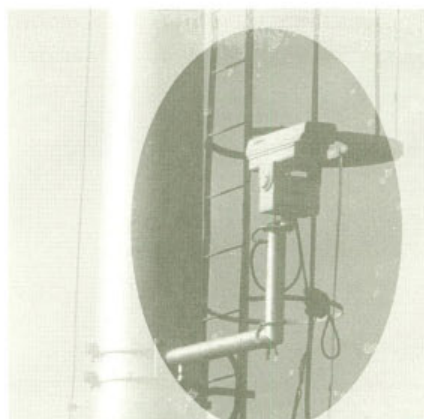
A MORTE DO GREVISTA GUIDO LEÃO, EM 1979

Recebida em Minas Gerais com a promessa do então governador Rondon Pacheco de que o povo era ordeiro e não fazia greves, dois anos após ter iniciado suas operações a Fiat viveu duas paralisações consecutivas, em 1978 e 1979. Na época, o Sindicato dos Metalúrgicos colhia os primeiros resultados de um trabalho de base iniciado tão logo a empresa se instalou no município.

Há que se ressaltar que, no final dos anos 70, as condições para a realização do trabalho sindical eram outras e refletiam a postura adotada por Gianni Agnelli (atual presidente de honra do grupo) em Turim, período em que o *avvocato* assumiu as negociações com as lideranças sindicais italianas. Mais tarde, Agnelli seria duramente criticado pelas concessões feitas aos sindicalistas, embora a sua postura também tenha rendido dividendos à Fiat Automóveis[1].

Nesta época, diretores do sindicato ainda conseguiam circular sem tanta vigilância pela fábrica e o direito à sindicalização era exercido com naturalidade pelos trabalhadores. As greves no ABC paulista e as condições de trabalho desfavoráveis (uma vez que a unidade de Betim havia iniciado suas operações com a sucata tecnológica trazida das unidades italianas e com baixos salários), somadas a um trabalho sindical eficiente, conduziram às duas paralisações. Tudo isso sem considerar que o medo da perda do emprego ainda não se fazia tão presente como hoje.

Na segunda greve, em 1979, a Fiat já sinalizava com o que viria a se tornar corriqueiro nos anos



Câmaras vigiam toda a fábrica

seguintes: a “parceria” com a Polícia Militar na repressão ao direito de organização sindical. Ao final daquela paralisação, a PM seria a causadora indireta da morte do metalúrgico Guido Leão que, para escapar ao cerco policial, acabou atropelado e morto em plena BR-381.

MOVIDOS PELA REPRESSÃO

Os anos posteriores seriam marcados pelo “endurecimento” nas relações travadas pela Fiat com os trabalhadores. A partir de 1987, como também ocorreria na Itália, a empresa adota uma postura ofensiva e passa a obrigar os funcionários a se desfiliarem do sindicato, sob pena de não receberem promoção ou serem demitidos.

Para receber qualquer promoção, trabalhador deve se desfiliar do sindicato e recusar os seus boletins

Apoiada nos conceitos do chamado “Projeto de Qualidade Participativa”, entre os anos de 81/84, a Fiat adota mudanças em seu organograma funcional, na tentativa de afastar o sindicato da fábrica e reduzir sua influência entre os trabalhadores. Este projeto visava, simultaneamente, uma maior qualidade de seus produtos e a recomposição da mão-de-obra usada pela empresa, através de um processo de demissão/seleção e seleção/treinamento[2].

Data desta época a introdução na fábrica da figura do Representante por Oficina, ou RePO. Cabe a ele o trabalho de vigilância constante dos trabalhadores, inclusive nas trocas de turno, quando são postados nas portarias para observar os movimentos daqueles que se dirigem aos sindicalistas ou simplesmente prestam atenção às mensagens veiculadas pelo carro-de-som do sindicato. Auxiliado pelo Condutor de Processo Industrial (CPI) — responsável pelo treinamento de funcionários novatos, mas que, na prática, também assume a tarefa de reprimir os trabalhadores — o RePO também controla a circulação de informações dentro da fábrica e, algumas vezes, chega a advertir os operários quando os observam lendo alguma publicação do sindicato.

O papel desempenhado pelo RePO, entretanto, transcende a simples tarefa de vigilância sobre os trabalhadores. Sua função maior, e para muitos ainda não percebida, é a de substituir o sindicato na relação com os operários, para dar-lhes a falsa impressão de que a empresa é capaz de, sozinha, solucionar todo e qualquer conflito que impeça o bom andamento da produção.

Eleições não divulgadas e interrogatórios aos candidatos para as CIPAS

entre os metalúrgicos

TÉCNICAS REFINADAS PARA ISOLAR O SINDICATO

Além de atuar como mediador de eventuais conflitos, ainda cabe ao RePO observar o comportamento do trabalhador – medido através de um aparelho batizado de “emocionômetro”, com três luzes, idêntico a um sinal de trânsito. Através dele, o trabalhador é obrigado a manifestar-se diariamente quanto a seu estado de espírito – inclusive sobre conflitos familiares que possam vir a atrapalhar o seu rendimento na produção.

Paralelo a esta pressão diária, a montadora ainda se vale de outras estratégias de cooptação, com destaque para o programa Boas Idéias e Sugestões (BIS). Este incentiva a competição entre trabalhadores de uma mesma equipe, em troca de ventiladores e espremedores de frutas, dentre outros prêmios conferidos a iniciativas capazes de reduzir custos da empresa.

Somadas, estas estratégias fazem com que, pouco a pouco, o sindicato tenha o seu papel questionado pelos trabalhadores. Isto ainda é reforçado pelo fato da Fiat se negar de forma terminante a sequer discutir a implantação de uma comissão de fábrica na empresa, com representantes eleitos pelos operários.

Ao negar o direito à comissão de fábrica, a Fiat criou, como medida compensatória, a COPAE, uma comissão paritária com metade dos representantes escolhidos pela

O “programa de qualidade” gera feroz vigilância e espionagem entre os próprios funcionários

empresa e a outra metade por funcionários eleitos pelos trabalhadores. Ainda assim, neste curto período de funcionamento deste organismo, a Fiat tem criado uma série de dificuldades para a sua atuação.

Esta mesma estratégia se estende à Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA). Até há pouco tempo, a empresa não divulgava a data das eleições para a referida comissão, com o objetivo de manipular a escolha de seus membros. Hoje, para concorrer a uma vaga na CIPA, o operário é, antes de mais nada, submetido a um autêntico interrogatório, instituído para que as chefias possam avaliar as intenções da candidatura e ameaçar até mesmo com a possibilidade da perda do emprego, conforme testemunho de vários trabalhadores que viveram a situação.

EFEITOS DA PARALISAÇÃO

O quadro traçado acima explica, em parte, o fato de na Fiat uma parcela dos trabalhadores hoje se negar a participar de uma simples assembléia, transformando-se a cada dia em presas ainda mais fáceis à cooptação e à manobra. Tudo isso é agravado pelo avanço do desemprego

no país, que os coloca em posição ainda mais defensiva.

A violenta repressão comandada pelo chefe da segurança da Fiat, que deu voz de comando à Polícia Militar de Minas Gerais e aos agentes contratados na manhã do dia 29 de setembro deve, portanto, ser vista como uma reprodução do que ocorre diariamente nos galpões da montadora e faz dela uma excrescência no processo das relações trabalhistas no Brasil.

A Fiat, que ao instalar-se em Minas Gerais foi pioneira da chamada “guerra fiscal” e até hoje é uma das montadoras que paga um dos mais baixos salários entre as similares instaladas no país, pode, agora, ser vítima da própria estratégia que a fez avançar sobre o mercado. Talvez, a pressão dos diversos interesses reunidos na luta pela implantação do Contrato Coletivo Nacional no Complexo do Setor Automotivo sirva para modernizar as relações de trabalho na empresa.

Para despertar a atenção dos trabalhadores sobre a possibilidade de enfrentar a Fiat e de sair vitoriosos (como bem ficou demonstrado na recente paralisação) – e também da sociedade para que a montadora mude seu comportamento autoritário e aceite a sindicalização e a liberdade sindical como direitos legítimos –, esta luta já serviu. Resta saber que outros efeitos práticos virão daqui por diante.

NOTAS

1- Friedman, Alan. *Agnelli, o todo-poderoso da Fiat*. Editora Best Seller

2- Nabuco, M. Regina, e Neto, A. Carvalho (org.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Ed. IRT.PUC/MG, 1999

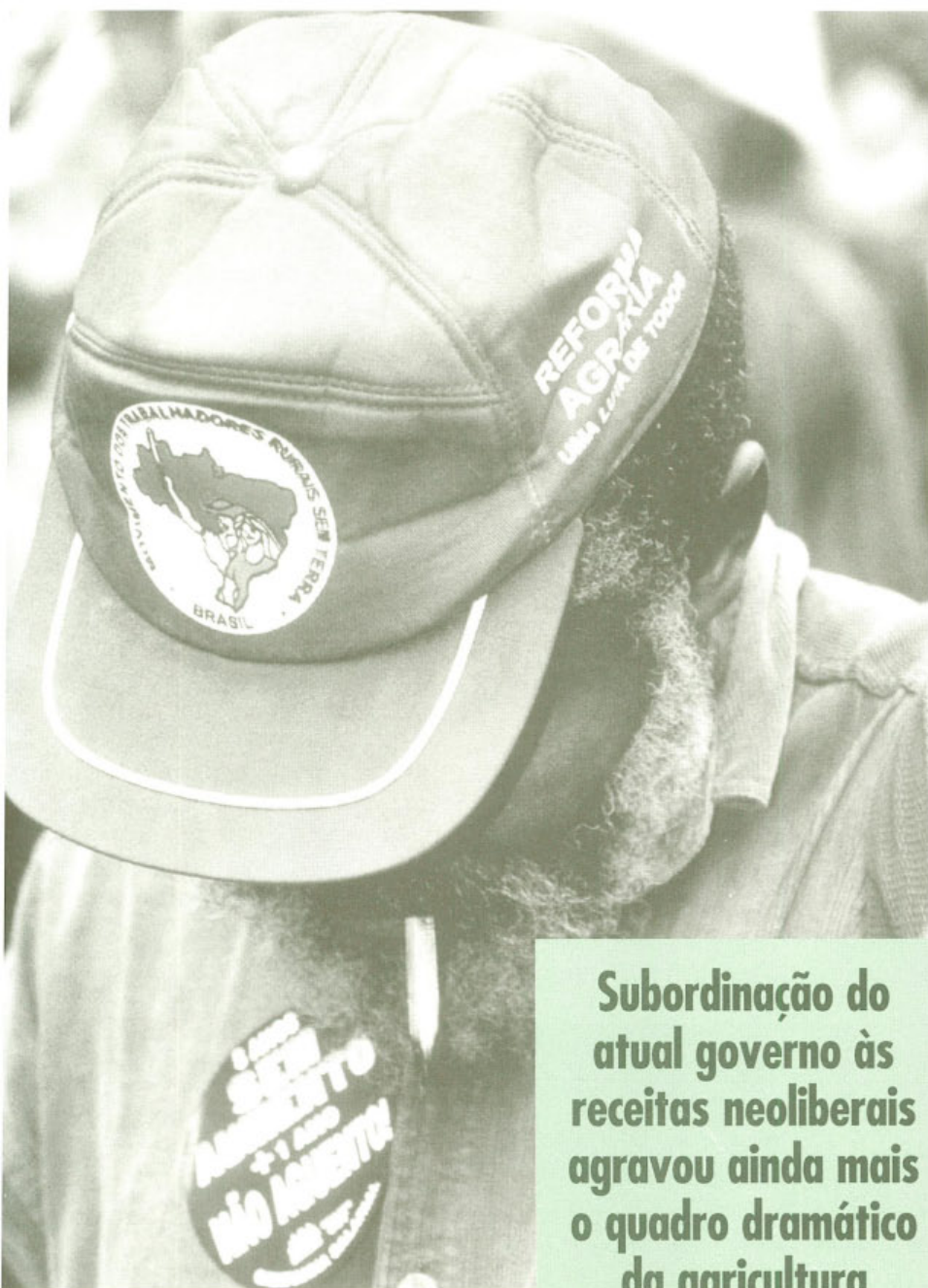
Alvimar da Luz Dias é diretor de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas (MG)



PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

A desastrosa política agrícola do governo

Estímulo à exportação e “modernização tecnológica” sem controle favorecem os grandes grupos econômicos e geram desemprego, migração e fome



Assandri/Reduto

Nas economias capitalistas, o mercado cuida da produção agropecuária. Mas quando o governo percebe que os mecanismos do mercado poderão provocar efeitos indesejáveis, ele intervém. Faz isto por meio de uma série de medidas que induzem os produtores a adotar comportamentos que não adotariam caso estivessem condicionados unicamente pelo mercado.

O conjunto dessas medidas conforma a “política agrícola” do governo, que abrange: crédito agrícola, taxas de câmbio, controle de preços, compras governamentais, tributação e mais uma série de outras intervenções. As políticas agrícolas podem ser analisadas sob o ângulo dos seus objetivos e da sua eficácia. Neste artigo, vamos nos ater exclusivamente aos objetivos da política agrícola do governo brasileiro. Dois são os objetivos dessa política: aumentar a produção agropecuária, especialmente a destinada à exportação; e modernizar tecnologicamente o setor agropecuário.

PRIORIDADE PARA A EXPORTAÇÃO

A economia brasileira foi montada, no século XVI, para exportar produtos agrícolas para o mercado europeu e, desde então, jamais deixou de estar voltada para esse objetivo. Isto se explica pelo fato de que, embora nosso país tenha se tornado politicamente independente,

Subordinação do atual governo às receitas neoliberais agravou ainda mais o quadro dramático da agricultura brasileira

Política do governo favorece o “complexo agro-industrial”, gerando miséria no campo e desemprego nos centros urbanos

Paula Simas/Acervo do MASP



jamais conseguiu libertar-se da dependência econômica e tecnológica que o subordina aos centros do capitalismo mundial. Em razão dessa dependência, a exportação, entre nós, não constitui apenas um dos componentes da renda nacional, mas um fator estratégico do desenvolvimento do país. Sem exportar, o Brasil não consegue divisas estrangeiras para importar matérias-primas e sobretudo a tecnologia de que necessita para modernizar sua produção.

De todos os produtos que o Brasil pode exportar, os agropecuários são, junto com os produtos minerais, os mais importantes. Por isso, a prioridade das políticas governamentais nesses dois setores é sempre para a exportação.

Não há, nesta observação, nenhuma crítica ao fato de exportar. O Brasil possui recursos mais do que suficientes para produzir o que necessita para atender ao consumo doméstico e ao mesmo tempo ser um grande exportador de produtos agropecuários. O que se critica é que a prioridade concedida à produção exportável cria sérios obstáculos ao desenvolvimento equilibrado da economia rural, pois introduz uma série de rigidez nesse setor, como por exemplo na orientação das vias de transporte, na localização dos mercados distribuidores, na operação dos próprios mercados, na orientação da pesquisa agropecuária. Uma política agrícola correta precisa

inverter essa prioridade, a fim de assegurar a todos os brasileiros uma dieta alimentar adequada.

AS GRAVES DISTORÇÕES DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

O segundo objetivo da política agrícola do governo – a modernização tecnológica – é a que tem provocado maiores distorções no meio rural. Obviamente, ninguém pode ser contrário à introdução de técnicas produtivas que aumentem a produtividade, evitem trabalho penoso ou arriscado. O que se critica é o conceito de modernização e o ritmo que o governo imprime nesse processo.

Por “modernização tecnológica”, o governo entende a introdução das técnicas de exploração econômica da terra e da criação de animais desenvolvidas nas agriculturas européias e norte-americanas. Essas técnicas baseiam-se no uso do trator, das sementes melhoradas e dos adubos e defensivos químicos, no refinamento genético das raças, mediante inseminação artificial, transplante de embriões, etc.

Para introduzir rapidamente esses métodos modernos, os governos que se sucederam no poder, desde o golpe de 1964, deram toda sorte de vantagens às empresas que dispunham dessas tecnologias. O resultado é que elas foram se assenhoreando da produção e formando cadeias produtivas que dominam completamente o mercado

de certos produtos, acabando por controlar a produção agropecuária do país. Os economistas cunharam um nome para designar esse conjunto de empresas: “complexo agro-industrial”.

Desde 1964, a política agrícola dos governos brasileiros parodiava o velho lema: “o que é bom para a GM, é bom para os Estados Unidos”. Para os governos brasileiros, “o que é bom para o complexo agro-industrial, é bom para o Brasil”. Esta é uma proposição falsa. As empresas que integram o complexo agro-industrial são empresas capitalistas e, como é da natureza desse tipo de empresa, têm como principal objetivo o lucro. Ora, o lucro não pode ser o único critério de organização de uma economia agrícola sadia. Em razão disso, quando se entrega ao complexo agro-industrial o comando da produção agropecuária, surgem, com a modernização tecnológica, distorções que anulam completamente as vantagens do emprego dessas técnicas.

Esses efeitos negativos podem ser agravados pela política agrícola do governo, quando este, em vez de evitá-los, usa o crédito, a assistência técnica, a pesquisa, o controle de preços e as taxas de câmbio para reforçá-las. É isto precisamente o que está acontecendo no campo brasileiro atualmente: uma política agrícola que provoca desemprego, inviabiliza a agricultura familiar, fabrica pobreza, estimula o êxodo

“Uma política agrícola correta precisa inverter as prioridades”

rural, agride a natureza e compromete a segurança alimentar da nação.

O padrão moderno de exploração da agricultura e da pecuária implica na adoção de “pacotes tecnológicos”, cujo preço é muito elevado e, às vezes, até superior ao preço que os produtores conseguem obter no mercado pela sua produção. A consequência disto é a sobre-exploração da força de trabalho, o uso exaustivo da terra, a impossibilidade de adotar práticas de proteção do solo e das águas – em uma palavra, deterioração da maioria das unidades produtivas do país.

DESEMPREGO E MIGRAÇÃO

Como a orientação das inovações tecnológicas é a substituição do trabalho humano, seja pelas máquinas seja pelos produtos químicos aplicados nas tarefas de cultivo, sua acelerada e caótica introdução está agravando o problema da falta de contratação de mão-de-obra no campo e estimulando a migração campo-cidade. Há quem veja nisso um sinal de progresso. Progresso seria se o migrante rural encontrasse logo um posto de trabalho na cidade. Mas como os empregos urbanos não são suficientes para absorver toda a mão-de-obra liberada do campo, o resultado é o aumento da pobreza, tanto entre os que permanecem no meio rural como entre os que emigram para as cidades.

O problema não consiste no fato de que uma técnica nova permita realizar por meio de uma máquina ou de um produto aquilo que antes só podia ser feito por um trabalhador rural, muitas vezes penosamente e até arriscadamente. O problema consiste no ritmo descontrolado da introdução dessas técnicas, porque os benefícios que elas trazem são anulados pelos males sociais que provocam.



“A abertura comercial atabalhoada e a negociação desastrosa do Mercosul prejudicam setores inteiros da produção nacional”

O modo de produzir imposto pelo complexo agro-industrial tem ainda o efeito de dividir os agricultores brasileiros em duas categorias: os modernos, que têm condições financeiras de comprar os “pacotes tecnológicos”; e os atrasados, que não podem arcar com os gastos dessa compra e por isso vão sendo paulatinamente expulsos do mercado. Centenas de milhares de famílias de sitiantes fecharam suas explorações e transferiram-se para regiões de fronteira ou migraram para as cidades nestes últimos anos.

Esse processo começa a atingir os produtores médios e até os produtores grandes. O resultado disso é a concentração da produção e a concentração da terra.

O modo de produzir moderno estimula ainda o uso excessivo do trator e dos elementos químicos nas tarefas agrícolas. Em vão têm clamado agrônomos, veterinários e ecologistas contra os efeitos disso no aumento da erosão e na contaminação das águas subterrâneas. Finalmente, essa política agrícola suicida cria um sério problema de segurança alimentar: a produção de alimentos está ficando cada vez mais dependente de uma tecnologia desenvolvida no exterior e do monopólio de empresas transnacionais, protegidas por toda sorte de patentes. Essa vulnerabilidade constitui um atentado à própria soberania da nação.

A subordinação do governo às receitas neoliberais só veio agravar os efeitos nefastos das políticas agrícolas seguidas pelos governos da República desde o golpe militar de 1964. A abertura comercial atabalhoada e a negociação desastrosa do Mercosul prejudicaram setores inteiros da produção brasileira, como a leiteira, de trigo, de arroz, afetando especialmente os estados do sul do país. A redução dos subsídios tirou uma série de produtores do mercado, contribuindo poderosamente para a concentração da produção nas mãos de umas poucas mega-empresas, a maioria delas de capital estrangeiro. A lei de patentes, imposta ao governo pela pressão direta do governo norte-americano, sanciona a subordinação tecnológica e aumenta a vulnerabilidade alimentar.

Plínio de Arruda Sampaio é secretário agrário nacional do PT e editor do boletim “Correio da Cidadania”

“A Colômbia corre o risco de intervenção militar dos EUA”

A Colômbia é um país em guerra e sob ameaça de intervenção militar dos EUA. A guerrilha camponesa já controla quase metade do território. Em agosto passado, os setores urbanos realizaram uma massiva greve geral, convocada por todas as centrais sindicais. A violência das classes dominantes foi implacável: 1.200 prisões, 306 indiciados, 13 feridos e cinco mortos, além de sete sedes de sindicatos da CUT dinamitadas. No final de setembro, ocorreu o Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal central sindical da Colômbia. O evento contou com a presença de 786 delegados de todo o país e de 43 delegações internacionais. Na oportunidade, a **Debate Sindical** entrevistou o presidente da CUT, Luís Eduardo Garzon

POR ÁLVARO GOMES



Luís Garzon (à esquerda) fala sobre as resoluções do congresso da CUT-Colômbia

Debate Sindical: Qual o balanço que você faz do congresso da CUT?

Luís Eduardo Garzon: O congresso foi muito importante pois aconteceu em meio a uma situação de polarização nacional, muita tensão, em consequência da guerra. Em segundo lugar, ocorreu num momento complexo, uma vez que o país está perante a possibilidade de uma intervenção militar promovida pelos EUA. Em terceiro lugar, é muito grave a situação dos trabalhadores, vítimas de uma onda de assassinatos que já matou quase 2.500 colombianos, inclusive o presidente da CUT, Ortega. Além disso, estamos diante de um “ajuste” extremamente forte da economia, devido aos acordos com o FMI.

Como se dá a interferência americana no país?

Eu não creio que seja só aqui na Colômbia. Em toda a América Latina há uma presença muito mais ampla do governo dos EUA, a partir do ALCA. Isso é evidente. Em segundo lugar, existe a política incentivada pelo próprio FMI, de cortar funcionários públicos em todo o continente, em função do seu

“ajuste”. A ascensão de Chávez ao poder na Venezuela mudou a posição norte-americana sobre a região. A possibilidade de intervenção não é um clichê inventado por nós, nem uma paranóia anti-imperialista. Pode-se ver que está acontecendo uma militarização das fronteiras e o fortalecimento do aparato bélico do exército e da polícia, dentro de uma ótica contra-insurrecional. A política norte-americana já está intervindo de maneira direta na América Latina.

Uma “invasão” não aconteceria como em Granada, Panamá ou Playa Girón (Cuba). O discurso mudou. O tráfico de drogas continua sendo um ponto focal, mas os EUA usam outros termos. Falam em “terrorismo”, palavra muito ampla e ambígua, ou em “ajuda humanitária”. Como em Kosovo, eles podem acabar invadindo em nome do que eles chamam de “guerras humanitárias”, tentando com isso justificar sua interferência e sua presença. A Colômbia não é exceção, apresenta situações para a deterioração rumo a uma guerra. Nesse processo, eles podem usar o falso argumento de combater o

terrorismo e a guerrilha, ou de salvar a ecologia e o meio ambiente, para assim intervir.

Observamos pelas ruas, carros com bandeiras “Yo quiero la paz”. Esse movimento é promovido por quem?

Nós investimos nele, em favor da paz na Colômbia. Apresentam a guerra civil ou a solução política negociada como alternativas. Nesse momento, procuramos envolver toda a sociedade colombiana na negociação política, com autonomia, para dizer ao governo e à guerrilha o que consideramos certo e errado neste processo. Preocupa-nos a posição de alguns setores que apenas se batem contra os seqüestros, como ponto de referência para mobilizar o povo. Achamos que é preciso ressaltar que existem genocídios, 1,5 milhão de pessoas sem lar, o que não acontece por culpa dos seqüestros.

No mundo inteiro, o neoliberalismo provoca estragos enormes: desemprego, trabalho precário, terceirização. Qual tem sido a resposta dos trabalhadores colombianos a esta ofensiva?

Em 97, tivemos uma paralisação de sete dias no setor estatal, fundamentalmente contra as privatizações. Em 98, fizemos uma greve articulada de vários setores contra o que significa o Plano Nacional de Desenvolvimento, um projeto do governo de caráter megalomaniaco e comprometido com os ditames do FMI. Creio que avançamos no plano da ação de massas, conseguindo costurar uma pauta com 41 pontos, não só do movimento sindical. Envolveu também pequenos e médios empresários, setores agrários e agropecuários, entidades de jovens e de mulheres, cívicas e comunitárias, enfileirado num comando único nacional. Por outro lado, colocamos na ordem do dia a necessidade de articular, no contexto latino-americano, especialmente andino, pautas e ações comuns.

Mais recentemente, em 31 de

agosto, fizemos uma greve geral sem precedentes. Primeiro, dada a abrangência junto aos setores sociais. Em segundo, porque foi uma ação de massas cívica e popular jamais vista, atingindo todo o país. Em terceiro, significou a aceitação, afinal, de parte do governo, de um espaço de negociação. Em quarto, porque essa ação mostrou que quem é agredido pelo Estado somos nós, inclusive pela “criminalização” da luta social.

Uma questão aprovada neste congresso foi a inclusão de outros setores na CUT-Colômbia, como trabalho informal e trabalho precário. Qual o teor desta medida?

Aprovamos que todo o mundo do trabalho, não somente os que estão incluídos na estrutura sindical, incorpore-se à central. Creio que foi uma das opções mais importantes deste congresso, que vai no sentido de que o movimento sindical procure se articular com outros setores. Não somente no plano reivindicativo, mas para formular propostas políticas que gerem novas formas de organização.

A criação da Frente Social, no processo da greve cívica de agosto, já procurou criar movimentos políticos junto a outros segmentos da sociedade. Não só com setores do movimento sindical, mas também com outros segmentos que se sentem afetados pelo modelo econômico, desde os pequenos e médios empresários. Quando mudamos o estatuto da CUT, procuramos atingir outros setores que são vítimas da exclusão social e política, porque

pensamos que o modelo neoliberal não afeta somente o movimento sindical. Ele atinge o conjunto do movimento democrático e popular.

Na Colômbia, há uma onda de violência contra os sindicalistas. Cerca de 3 mil assassinados nos últimos anos. Quais os caminhos para superar esta situação?

Além da gravidade em si do assassinato, existe também a impunidade. Se você tem 3 mil mortos e ninguém é preso, não há sinal de que isso venha a parar. Nosso pleito é para que o Estado garanta o fim da impunidade, que na Colômbia chega a 95% dos casos. Em nosso país, acontece uma luta contra-insurrecional orquestrada pelos governos dos EUA e colombiano. Ela incorpora vários setores, um aparato paramilitar assemelhado aos “contras” da Nicarágua. Há também uma tentativa de municiar tecnologicamente o exército e a polícia, numa política integral de guerra.

Como os sindicatos do Brasil podem apoiar o movimento sindical colombiano?

Especialmente, não aceitando de nenhum modo a intervenção internacional em nosso país. Foi muito importante a CUT/Brasil já ter se pronunciado contra qualquer tentativa de intervenção externa na Colômbia. Com certeza, foi um ponto de apoio no caminho da paz em nosso país. Mais do que nunca, impõe-se a necessidade da nossa união. A globalização tem levado a uma situação terrível, de deterioração do quadro econômico e político. Mas ele também nos permite a latino-americanização do movimento sindical. Na medida em que pensarmos menos em função de cada país e tomarmos mais iniciativas comuns, poderemos colher melhores respostas.

Álvaro Gomes é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e participou como convidado do congresso da CUT-Colômbia

“A ascensão de Chávez na Venezuela mudou a posição dos EUA no continente”

Associated Press



“Terceira via”: uma via de continuidade do neoliberalismo

No início de 1997, quando Tony Blair saiu-se vitorioso das eleições no Reino Unido, vários segmentos de esquerda, em várias partes do mundo, viram neste evento o fim da nefasta era do neoliberalismo inglês. Parecia que a “era Thatcher” tinha finalmente sido derrotada, quase vinte anos depois. Dotado no passado de uma força relativa, o Labour Party (Partido Trabalhista), agora denominado New Labour, voltava ao poder.

Diferentemente de muitas experiências internacionais, na Inglaterra havia sido o TUC (Trade Union Congress, a central sindical britânica) que dera origem ao Partido Trabalhista e que, desde então, constituía-se no seu pilar básico de sustentação. Mediados pela vinculação sindical, parte significativa da classe trabalhadora inglesa garantia seus votos ao

**Ações do governo
Tony Blair, na
Inglaterra,
comprovam que a
“terceira via”
preserva a essência
destrutiva do
neoliberalismo e
não serve aos
trabalhadores**

RICARDO ANTUNES

trabalhismo, conferindo base sindical à ação política do partido. E foi deste modo que o Partido Trabalhista esteve muitas vezes no comando do

país, especialmente depois do pós-II Guerra, até a ascensão de Thatcher em 1979.

Com a ascensão do thatcherismo, uma nova agenda transformou substancialmente o Reino Unido, destruindo a trajetória anterior. A conversão do sindicalismo em inimigo central do neoliberalismo trouxe consequências diretas no relacionamento entre o Estado e classe trabalhadora. Dirigentes sindicais foram excluídos das discussões da agenda estatal e dos diversos órgãos econômicos. O destroçamento social e sua política, viram eclodir, particularmente em fins de 80, uma onda de explosões sociais que atingiu em cheio o conservadorismo thatcherista, do que foram exemplo as greves operárias e a revolta contra o *poll tax* (imposto que taxava especialmente os mais pobres).

"Uma via alternativa do capitalismo para manter o fundamental do

Talvez se possa inclusive dizer que a importante vitória eleitoral do New Labour, no início de 1997, deveu-se menos às propostas políticas de Tony Blair do que ao brutal desgaste do thatcherismo. Quando as eleições ocorreram, as classes dominantes inglesas já haviam concluído as mutações no interior do Partido Trabalhista, levando-o a abandonar seu passado trabalhista-reformista, para se converter numa espécie de Partido Democrático inglês, apoiado especialmente pelos novos extratos da burguesia. Era preciso buscar, no interior da "esquerda", as condições de continuidade da política vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática neoliberal fosse preservado.

SINDICATOS AFASTADOS

Mais de dois anos depois da vitória eleitoral de Tony Blair, já é possível fazer um balanço, ainda que preliminar, do seu governo e de sua chamada "terceira via". Desde 1994 vem se acelerando, dentro do Partido Trabalhista, a "nova" postura que busca um caminho alternativo, tanto em relação à social-democracia clássica, quanto ao neoliberalismo. Quando Tony Blair iniciou o processo de conversão do Labour Party em New Labour, pretendia-se não só um maior distanciamento frente ao conteúdo trabalhista anterior, mas também limitar ao máximo os vínculos com os sindicatos, além de eliminar qualquer vestígio anterior que pudesse lembrar sua designação "socialista" que, ao menos como referência formal, permaneceu até 1994 nos estatutos do partido.

Labour Party abandona a sua retórica socialista e defende o livre mercado

O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da constituição partidária (que defendia a propriedade comum dos meios de produção), resultou na criação de um substitutivo que expressa as mutações que vem ocorrendo no interior do Labour Party. Em seu lugar, foi introduzida a defesa do "empreendimento do mercado e rigor da competição", selando, no interior do programa do New Labour, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior. Começava então a se desenhar o que foi denominado por Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Guiddens e David Miliband, como "terceira via".

Em seu sentido mais profundo, a "terceira via" tem como objetivo dar continuidade ao projeto de "modernização" do Reino Unido e que pretende redesenhar a alternativa inglesa dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo. Nesta sua nova fase, o New Labour, ainda que tenha assinado o capítulo social presente na Carta da União Européia, vem reiterando sistematicamente seu compromisso em preservar a legislação que

flexibiliza e desregulamenta o mercado de trabalho, que foi uma imposição da era Thatcher sobre a classe trabalhadora.

A preservação da flexibilidade e precarização do trabalho, as privatizações, a abertura comercial, etc., deveriam, entretanto, ser contrabalançadas com ações como o reconhecimento dos sindicatos no interior das empresas, o estabelecimento de níveis mínimos de salário, a assinatura da Carta Social da União Européia, entre outras medidas defendidas pelo primeiro-ministro britânico, para que seu governo não fosse pura e simplesmente entendido como uma continuidade integral em relação ao período dos conservadores.

No essencial, portanto, a "terceira via" vem se configurando como uma *continuidade* da fase thatcherista, uma vez que, dado o enorme desgaste que o neoliberalismo clássico acumulou ao longo de quase vinte anos, acabou sendo fragorosamente derrotado eleitoralmente. O seu traço de *descontinuidade* aflora ao tomar algumas decisões políticas, como o reconhecimento do Parlamento na Escócia (e também na Irlanda e País de Gales), mas que não se constituem como um entrave para a continuidade do projeto do capital britânico, reorganizado durante a fase neoliberal.

FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

O partido que emergiu vitorioso em 97, despojado de seus vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, "moderno", defensor vigoroso da "economia de mercado", da flexibilização do

New Labour procura se distanciar ao máximo dos seus vínculos com os

neoliberalismo clássico”

trabalho, das desregulamentações, da “economia globalizada e moderna”. Sua defesa do *Welfare State*, por exemplo, é completamente diferente da social-democracia clássica. Tony Blair quer “modernizar” o *welfare state*, o que significa a destruição dos direitos do trabalho, que são definidos por ele como “herança arcaica”.

Nas palavras de Giddens: “A ‘terceira via’ oferece um cenário bastante diverso dessas duas alternativas [social-democracia e neoliberalismo]. Algumas das críticas formuladas pela nova direita ao *Welfare State* são válidas. As instituições de bem-estar social são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar consequências perversas, subvertendo o que originalmente tinham como alvo”. Politicamente, “a terceira via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpassa as classes da sociedade”. Economicamente, ela propugna a defesa de uma “nova economia mista”, que deve pautar-se pelo “equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação” [1].

Ou, conforme formulação de Blair, “a terceira via é a rota para a renovação e o êxito da moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. (...). Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos

sindicatos britânicos

Alcandra Boulle/Photo



Guerra de Kossovo: adesão ativa à política externa imperialista dos Estados Unidos

empresários, como dos sindicatos” [2]. E, no plano de sua política externa, é imprescindível acrescentar, sua ação tem oscilado entre a completa subserviência e mesmo adesão ativa à política externa imperialista dos EUA – como na recente Guerra de Kossovo ou na Guerra contra o Iraque.

ALTERNATIVA CAPITALISTA

A sua postura anti-sindical e contrária aos trabalhadores, estampada na derrota da greve dos doqueiros de Liverpool, na preservação da desmontagem dos direitos do trabalho (e, em alguns casos, a intensificação, como a restrição dos direitos sociais das mães solteiras e dos deficientes físicos, que gerou uma onda enorme de protestos), assim como na tentativa

de ampliação das privatizações (como foi proposto recentemente ao Metrô), sem falar na adesão servil e indigente ao imperialismo político-militar de Clinton, evidenciam que a “terceira via” é, no fundo, uma forma de preservação do essencial do neoliberalismo, com um verniz social-democrático cada vez mais descorado.

Foi o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta consertar alguns dos estragos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica. Sendo, por isso, um projeto que em nada beneficia aos trabalhadores. Ao contrário, a “terceira via” talvez seja, em verdade, a *via alternativa* que o capitalismo vem gestando para manter o fundamental do que o neoliberalismo clássico construiu e que agora se quer preservar.

NOTAS

1- Giddens, A *A terceira via em cinco dimensões*. Folha de S.Paulo (Mais), 21/02/99.

2- *Clarín*, Buenos Aires, 21/9/98.

Ricardo Antunes é professor de sociologia da Unicamp/SP, acaba de publicar o livro “Os sentidos do trabalho” e é coordenador da coleção “Mundo do Trabalho”, da Boitempo Editorial

**A postura
anti-sindical,
expressa na
greve dos
doqueiros,
desnuda a
“terceira via”**

GUIOMAR PRATES

Santo Dias

Um símbolo da luta dos trabalhadores

O movimento sindical brasileiro enfrenta um tempo difícil. Os direitos trabalhistas são retirados e a organização sindical é atacada. Para a geração de sindicalistas que se formou nos últimos 20 anos, resistir à ofensiva neoliberal é uma tarefa árdua. Olhar a história, no entanto, mostra que outros momentos foram tão ou mais duros do que este.

Há 20 anos, em 30 de outubro de 1979, numa greve dos metalúrgicos de São Paulo, foi assassinado o operário Santo Dias. Ele tornou-se um símbolo da luta pela democracia. A repercussão e os protestos por seu assassinato foram um marco, colocando as mobilizações contra a ditadura e pelos direitos dos trabalhadores em outro patamar.

Em 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo era dirigido por forças imobilistas. Sobrou para a oposição sindical organizar a greve da campanha salarial, que começaria em 28 de outubro. Os metalúrgicos reivindicavam 83% de reajuste, enquanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo oferecia 66%. A morte de Santo Dias serviu para radicalizar o movimento. A expectativa das lideranças era de uma greve de quatro ou cinco dias. Mas ela acabou durando 11 dias.

Durante a greve, foram comuns os choques com a polícia

do então governador Paulo Maluf. A tarde do dia 30 não foi diferente. A paralisação era mais forte na Zona Sul, justamente a região onde Santo Dias, torneiro-mecânico na empresa Filtros Mann, atuava. Segundo balanço da época, chegaram a parar 220 mil dos 360 mil metalúrgicos da capital paulista.

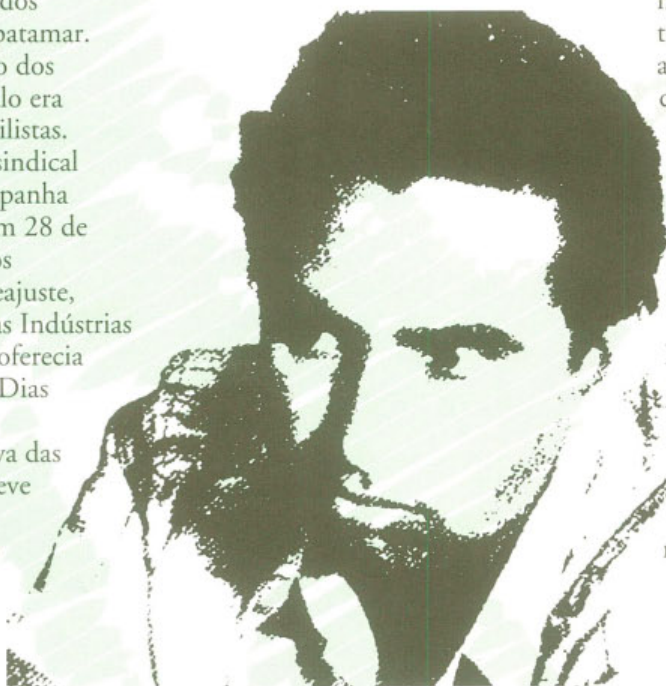
Na empresa Sylvania, Santo Dias tentava convencer metalúrgicos a participar da greve. Seguiu-se um ataque da polícia e o local virou praça de guerra. Uma bala atravessou o tórax de Santo. O soldado Herculário Leonel foi identificado como o autor do tiro. O primeiro julgamento do PM durou 16 horas e

ele foi condenado a seis anos de prisão. Outro julgamento ocorreu em 1983 e Herculário foi absolvido por “falta de provas”.

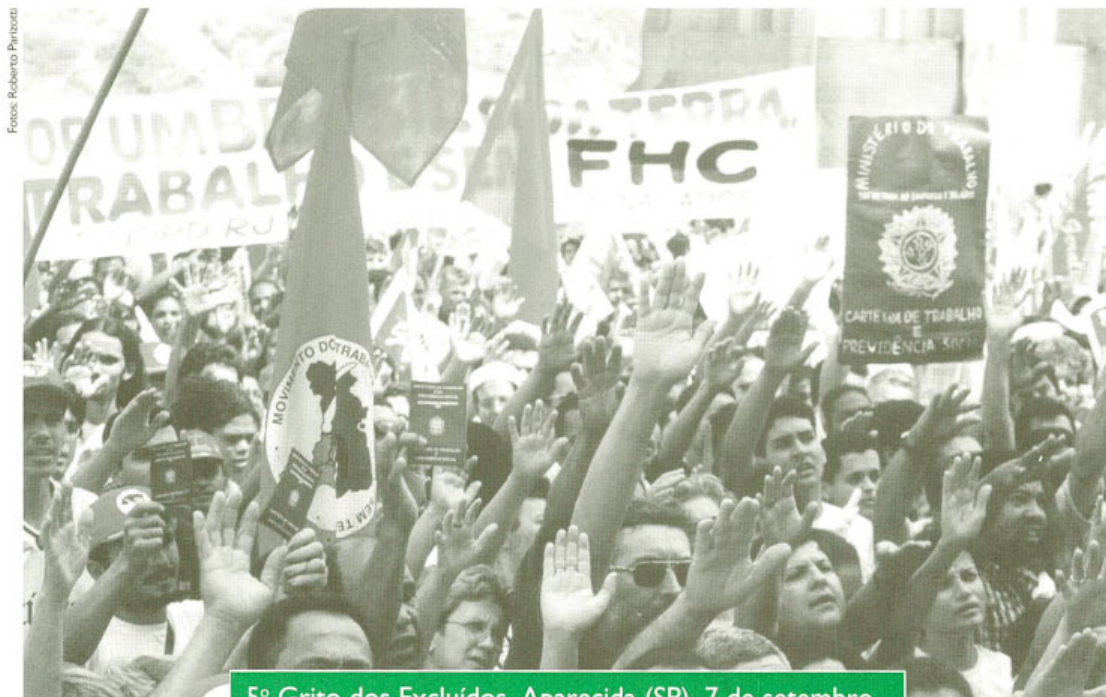
O velório de Santo Dias reuniu 30 mil pessoas na igreja da Consolação. De lá, o caixão foi levado em passeata até a Catedral da Sé. “Não está certo que morra o pai de dois meninos, o esposo, na hora que construía, com tanto sacrifício e amor, a sua própria vida. Quase nada está certo entre nós”, disse o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um pouco antes do enterro.

De lá para cá, muitas coisas ainda continuam erradas. A violência policial ainda se volta contra as manifestações e dezenas de trabalhadores continuam sendo assassinados, como os trabalhadores da CSN, em 1988; e os trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás, em 96.

O nome do metalúrgico assassinado em 79 virou símbolo de luta. Foi criado o Centro Santo Dias de Direitos Humanos. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos criou o prêmio Santo Dias, dado todos os anos a quem se destaca nessa área. As homenagens a este herói dos trabalhadores lembram que a sua morte não foi em vão.



Guiomar Prates é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema) de São Paulo



5º Grito dos Excluídos, Aparecida (SP), 7 de setembro de 1999: como incorporar esses setores?

Os sindicatos brasileiros na encruzilhada

Da fase dos avanços à “década maldita”, quais as causas da crise do movimento sindical e as novas demandas dos trabalhadores?

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO

A década de 1980 testemunhou o estrondoso retrocesso no movimento sindical, em comparação com os anos 60/70. Mas isso, note-se bem, nos países de capitalismo avançado, nos quais as taxas de sindicalização despencaram, à exceção dos países escandinavos, Bélgica, Canadá, Itália e da então Alemanha Ocidental. O potencial da ação coletiva dos trabalhadores organizados, manifesto em termos de homens/dia de trabalho perdidos por motivo de

greve, também recuou, exceto na Escandinávia, Espanha e Grécia.

O bordão corrente ao final da década era o de que o sindicalismo, *tal como o conhecíamos*, estava em vias de desaparecer. Isto afetaria o movimento sindical com grande capacidade de articular identidades coletivas e formular projetos para amplas parcelas da população assalariada, dotadas de interesses semelhantes em termos de salários, condições de trabalho e necessidades

sociais de lazer, saúde, educação, habitação e transporte. Sindicatos de massa, negociando condições similares de trabalho para a maioria de seus associados, eis a imagem que se tinha do sindicalismo ocidental, fortemente associada ao sindicalismo de base industrial.

PERÍODO DE ASCENSO

Para o sindicalismo brasileiro a década passada representou o oposto.

A partir das greves no ABC, o movimento sindical tornou-se o estuário das



A CUT deve voltar às suas origens para abarcar não somente os trabalhadores do setor formal

Foram anos de eficiência e eficácia da ação organizativa e representativa sindical. Depois de ruidoso renascimento no ABC paulista, em 1978, o número de sindicatos

cresceu 50%, até 1989, e ao final da década o país já contava com quase 10 mil entidades espalhadas por toda a malha produtiva e em todas as regiões geográficas; 30% da força de trabalho assalariada formal era filiada a sindicatos e associações profissionais; quatro centrais sindicais disputavam a lealdade das entidades de base e atuavam junto ao sistema político (Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores e União Sindical

Independente, essas três últimas sofrendo grande sangria a partir de 1991, quando da fundação da Força Sindical). Financeiramente, os sindicatos movimentavam cerca de um bilhão de dólares por ano na manutenção de atividades de representação de interesses e de prestação de serviços assistenciais.

Essa estrutura sustentou o maior volume de greves do Ocidente na década. Foram realizadas perto de 30 mil negociações coletivas, apenas em 1989, valor repetido em 1991 e

As condições de trabalho converteram-se em usinas de descontentamento

mais variadas formas de contestação ao regime autoritário

1992; o destino empregatício de mais de 18 milhões de trabalhadores dependia de sindicatos de empregados ligados a uma das quatro centrais sindicais, dos quais 87% dos sindicatos realizaram negociações coletivas em 1992, e proporção igual destas negociações terminava em acordo, não em dissídio coletivo; perto de 18% deles tinham comissões de fábrica ou delegados sindicais estáveis; e as pesquisas de opinião, durante toda a década, mostraram que os sindicatos eram percebidos, além de legítimos, como a segunda instituição mais confiável de nossa democracia, logo depois da Igreja Católica.

Explica-se. A reemergência a partir do ABC, em 1978, fez do movimento sindical o estuário das mais variadas formas de contestação ao regime autoritário, transformando-o em desagudouro conjuntural de aglutinação de interesses e de projetos alternativos de sociedade. De par com isso, a rede sindical corporativa garantiu os recursos materiais, institucionais e logísticos necessários à rápida estruturação, em nível nacional, de uma representação centralizada. Ademais, em ambiente no qual os empresários estavam acostumados ao arbítrio completo na regulação do uso do trabalho, e onde imperavam relações francamente autoritárias, a recente mobilização sindical trouxe o impulso para a democratização daquelas relações e para o resgate da dignidade da (e na) atividade laboral.

Isto ocorreu principalmente na indústria, carro-chefe do sindicalismo nascente, pelo fato de que, aos regimes autoritários de trabalho, somava-se o uso predatório da mão-de-obra, vide as mais elevadas taxas de rotatividade do

O setor industrial, “grande timoneiro” da mobilização grevista na década de 80, sofre com o brutal aumento do desemprego

mundo, pela extensão da jornada de trabalho, via horas-extras, pela dilapidação das qualificações, via expulsão de grandes contingentes de trabalhadores desse setor produtivo a cada ano, e pela prática de salários aviltantes. As próprias condições do mercado de trabalho, *locus* de operação das oportunidades de renda e bem-estar, converteram-se em usinas de descontentamento passível de recrutamento para a ação sindical.

No plano macroeconômico, as coisas não eram menos favoráveis ao sindicalismo, sobretudo o praticado pela CUT. A inflação crescente tornava racional a ação contestatária, voltada para movimentos grevistas de massa visando a manutenção do poder de compra dos salários, quase sempre contra políticas salariais (de governos militares ou civis) restritivas. Ao mesmo tempo, as taxas médias de desemprego aberto, na década, estiveram em patamar aceitável, não raro abaixo dos 3%, valor considerado suficiente para garantir poder de barganha ao trabalhador individual no mercado de trabalho, favorecendo a disposição para a ação coletiva.

Finalmente, a relativa estagnação da economia, combinada com um mercado fechado à competição

externa, aceitou tímidas políticas de reestruturação na indústria, nos serviços e no comércio (e mais ainda nos serviços públicos, virtualmente sucateados), políticas de impacto limitado sobre as bases de sustentação do sindicalismo que se consolidava.

“DÉCADA MALDITA”

A década de 1990, ao contrário, apresenta indícios de que pode consagrar-se como a “década maldita” para os sindicatos brasileiros. Para começar, o setor industrial vem perdendo lugar na divisão social do trabalho, empregando quantidade menor de mão-de-obra. Só a indústria fechou mais de um milhão de postos de trabalho em todo o país nos últimos 10 anos. Ao lado dos serviços sociais de utilidade pública, a indústria apresenta as maiores taxas de sindicalização da economia brasileira e foi, juntamente com os funcionários públicos, o “grande timoneiro” da mobilização grevista da década de 1980. Temos então aí o primeiro golpe efetivo nas bases de sustentação do sindicalismo, tal como se consolidou naquela década.

O segundo vetor de desorganização é intrínseco ao mercado de trabalho. São muito altas, no Brasil, as taxas de rotatividade, assim como as taxas de “mortalidade de classe”, medidas como proporção de assalariados que mudam de ramo ou setor produtivo. Metade da força de trabalho empregada no setor formal da economia (a rigor, a força de trabalho que sustenta a ação sindical) perde seu emprego a cada dois anos e, ao fim de cinco anos, perto de 40% dos trabalhadores industriais

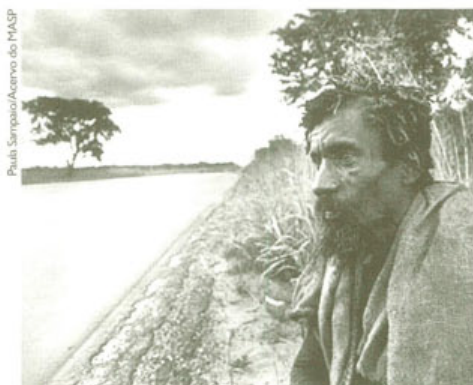
passíveis de recrutamento para a ação sindical

Novos elementos de questionamento à ação dos sindicatos

terão mudado de profissão ou de setor de atividade. Isso torna muito complexa a ação sindical, já que a solidariedade de classe ou de categoria é tanto mais difícil de se construir e manter quanto menos os indivíduos se percebem compartilhando um destino comum, minimamente discernível a longo prazo. Esse destino comum não é perceptível na nova ordem produtiva brasileira.

Terceiro vetor centrífugo decorre da reestruturação produtiva em curso nas grandes e médias empresas. Os programas de qualidade, calcados em diluição de hierarquias, em transferência para o trabalhador da responsabilidade pela solução dos problemas e pela qualidade dos produtos ou serviços, em esquemas participativos, em premiação por nível de engajamento nos objetivos das empresas etc., converteram-se em processos agressivos de competição pela lealdade dos trabalhadores por oposição aos sindicatos. Como quarto vetor de dissuasão está a tendência contemporânea à focalização dos empreendimentos fabris. Especializando-se no núcleo duro dos negócios e transferindo para terceiros a fabricação dos componentes entregues *just in time*, a indústria está pulverizando o trabalho e o potencial para a ação de grandes coletivos de trabalhadores, antes subordinados a um único empregador.

O controle da inflação operado pelo Plano Real, por fim, é fonte de novos elementos de desorganização sindical. Passamos a uma situação de desemprego aberto crescente, inflação declinante e regimes participativos e “amistosos” (para alguns, democráticos) de trabalho. A simples luta por reposição da inflação não tem mais o poder mobilizador de antes. Reposição de 4% da inflação de um ano não parece suficiente para legitimar a



Paula Sampaio/Arquivo do MASP

As mudanças no mercado de trabalho, a reestruturação produtiva e o Plano Real geram a crise

ação sindical no momento em que o grande temor é o desemprego. Os números são pequenos, duvida-se da eficácia da ação sindical e isso repercute mal nas bases de sustentação da solidariedade de classe e da lealdade aos sindicatos, impedidos de recorrer aos bordões antigos.

NOVAS DEMANDAS

Tudo isso trouxe desafios renovados ao sindicalismo brasileiro, sobretudo o sindicalismo mais forte e tradicionalmente participativo, representado pela CUT. Fê-lo, ademais, ainda no bojo da estrutura sindical corporativa, ou melhor, sem que o arcabouço normativo que regula a ação sindical tenha sido renovado inteiramente. O movimento sindical organizado, por exemplo, não conseguiu impedir a fragmentação de suas bases de apoio

e, hoje, mais de 22 mil sindicatos disputam a lealdade de proporção cadente da PEA lotada no setor formal da economia. Isso é um dos resultados perversos da combinação de imposto sindical, unicidade e liberdade de criação de sindicatos por profissões, mecanismos contra os quais o “novo sindicalismo” dos anos 80 construiu sua identidade, mas que nunca foi capaz de debelar inteiramente.

A reestruturação econômica resulta, dentre outras coisas, em que as demandas salariais não são mais capazes de galvanizar os interesses dos representados. Se isso é assim, então aos sindicatos cabe rever sua posição como representantes de interesses, eventualmente deslocando o eixo de sua ação do mercado de trabalho para incorporar *também* demandas da população em geral. Por que as centrais sindicais não têm em sua agenda a luta por melhores condições de vida para todos (e não apenas para seus representados)? Por que os sindicatos da saúde ou da educação não atuam para a melhoria dos serviços prestados pelo Estado, para além da luta por melhores condições de trabalho e salários?

Para legitimar-se novamente na vida política nacional, talvez tenha chegado a hora do sindicalismo, sobretudo a CUT, voltar às suas origens, isto é, ao reconhecimento de que o alvo de sua ação é a população brasileira, não a população empregada no setor formal da economia.

Adalberto Moreira Cardoso é doutor em sociologia pela USP e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Lançou recentemente os livros “A trama da modernidade” (Editora Revan, 1999) e “Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal” (Editora FGV, 1999).

As mutações em curso

Em *Os Sentidos do Trabalho*, Ricardo Antunes aprofunda e amplia várias questões anteriormente abordadas em *Adeus ao Trabalho?* (1995). Resultado da pesquisa que desenvolveu na Universidade de Sussex (Inglaterra) como pesquisador visitante a convite de István Mészáros, professor emérito dessa universidade, o presente livro claramente expressa um avanço na já importante obra que Antunes possui sobre o mundo do trabalho.

Logo no capítulo 1, o texto recupera a historicidade da ordem do capital, como a sua significação enquanto profunda alteração no metabolismo social entre homem e natureza, na exata medida em que, sob a lógica capitalista, foram (e são) introduzidas hierarquias estruturais de dominação e de subordinação. Estas hierarquias se assentam na separação e alienação entre o ser-que-trabalha e os meios de produção, no controle do capital sobre os trabalhadores, na personificação do capital voltada à sua incessante busca de valorização e, por fim, na correspondente personificação do trabalho, no sentido da reprodução da força de trabalho como tal. Trata-se de um conjunto de questões centrais à discussão dos temas analisados nos demais capítulos.

O capital enfrenta, ou não, uma crise estrutural na atualidade? Esta pergunta é enfrentada na sequência (capítulo 2), na qual se afirma que a crise do taylorismo e do fordismo expressaram uma outra, de caráter mais profundo e contínuo. A própria reestruturação produtiva deve, segundo o autor, ser vista como uma resposta capitalista a essa crise, com todas as fortes conseqüências sobre os processos de trabalho e sobre os trabalhadores (capítulo 3).

Completando o que entendo ser um primeiro bloco de questões, Antunes discute, no capítulo 4, o toyotismo e as novas formas de



***Os sentidos do trabalho*
– ensaio sobre a
afirmação e a negação
do trabalho.**

**Ricardo Antunes,
Boitempo Editorial,
São Paulo, 1999**

POR EDILSON JOSÉ GRACIOLI

acumulação de capital, com destaque para dois aspectos: primeiramente, que as transformações no processo produtivo decorreram tanto da concorrência intercapitalista quanto da necessidade de controlar as lutas sociais e não se limitaram à produção, mas se articularam com alterações na totalidade social.

No dizer do próprio autor: “opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade”. O outro aspecto central diz respeito ao significado último dessas transformações, que é o de expressarem “a reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu

projeto global de dominação”.

Um segundo bloco temático tem início com o capítulo “Do neoliberalismo da era Thatcher à ‘Terceira Via’ de Tony Blair: a experiência inglesa recente”, que traz uma relevante análise sobre as relações entre neoliberalismo, mundo do trabalho e sindicalismo na particularidade do Reino Unido. Quando Anthony Giddens, Tony Blair, FHC e tantos outros tentam vender a idéia de uma “terceira via”, é de grande contribuição olhar para além da aparência e desvendar como o Novo Trabalhismo inglês produziu, na verdade, o distanciamento do partido em relação aos sindicatos e ao TUC (Trade Union Congress), pavimentando o caminho para a preservação da flexibilização e da desregulamentação do trabalho.

Pensar o conjunto cada vez mais complexo, fragmentado e heterogêneo da classe-que-vive-do-trabalho enquanto forma de ser do trabalhador na atualidade, a vigência do trabalho imaterial e material e a centralidade do trabalho hoje (através de uma interessante abordagem da polêmica entre Lukács e Habermas), constituem os temas dos capítulos subsequentes.

Por fim, Antunes discute alguns elementos para uma ontologia da vida cotidiana, a questão fecunda da relação entre tempo de trabalho e tempo livre (que, sob a lógica capitalista, precisam igualmente se articular com a valorização do capital) e, ainda, os fundamentos de uma ordem para além do capital. O livro é, indubitavelmente, uma mostra clara e competente de como o marxismo vivo tem muito a dizer sobre as dimensões contemporâneas da ordem do capital.

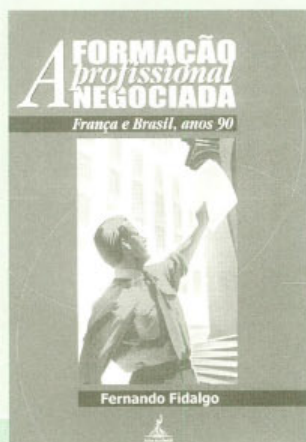
Edilson José Gracioli é professor de sociologia da Universidade Federal de Uberlândia/MG e doutor em ciências sociais pela Unicamp/SP

Os impasses da qualificação

Com a crescente onda de desemprego no Brasil e no mundo, a questão da qualificação profissional tornou-se um tema obrigatório. Incontáveis seminários e uma avalanche de obras têm tratado do assunto na fase recente. Neste sentido, o livro de Fernando Fidalgo surge em excelente oportunidade. Além de atual, apresenta uma leitura crítica, sob a ótica marxista, desta complexa questão, desmistificando muitos dos mitos em voga. Para isto, utiliza-se de volumosa pesquisa, a partir das experiências em curso na França e no Brasil.

Logo de cara, o livro indica que a ênfase dada ao assunto pelos organismos do capital visa basicamente elevar os níveis de produtividade das empresas e aumentar a sua capacidade competitiva. Não há nenhum interesse humanístico, libertador, por parte do patronato e de seus governos. Pelo contrário, as políticas de formação implementadas atualmente levariam “ao aprofundamento das distorções distributivas, ao transferir para o interior dos sistemas formativos a atual lógica da concorrência intercapitalista”. Estariam em sintonia com o processo de mundialização do capital e de divisão internacional do trabalho.

Neste processo, a formação profissional deixa de ser responsabilidade do Estado e passa a situar-se nas relações contratuais individualizadas entre empresa/trabalhador. Ela não visa a qualificação do trabalho, mas unicamente a “competência” individual. “A empresa passa a ser entendida como o lugar privilegiado da *produção de competências*, enquanto que as instituições escolares se responsabilizariam fundamentalmente pela formação inicial, compreendendo as habilidades básicas e as específicas”,



A formação profissional negociada – França e Brasil, anos 90.
Fernando Fidalgo,
Editores Anita Garibaldi,
São Paulo,
1999

POR ALTAMIRO BORGES

argumenta o autor.

A análise metódica das experiências diferenciadas em curso na França e no Brasil servem para confirmar esta tese central. No caso francês, em função da educação básica ser uma prioridade do Estado, caberia ao patronato “formar os mais aptos”, compondo uma elite competitiva nas empresas. O livro destrincha cada um dos mecanismos patronais usados com este fim: Capital Tempo de Formação (CTF), Balanço Individual de Competências, Co-investimento e outros. Ele denuncia ainda a brutal transferência de recursos públicos para as políticas formativas sob controle direto das empresas.

Já no Brasil, com o dramático quadro do ensino, a ação empresarial neste campo teria três metas: interferir na gestão das políticas educacionais, inclusive na definição de currículos; reforçar seus instrumentos próprios e

impermeáveis de formação (Sistema S); e via ação direta das empresas nas escolas públicas. O governo, por sua vez, estaria interessado em “forjar um novo trabalhador capaz de adequar-se aos mercados informais e/ou precários de trabalho”. Essa orientação, de cunho neoliberal, é desmascarada no livro, que privilegia o estudo do Planfor (Plano Nacional de Educação Profissional), do Ministério do Trabalho.

Apesar das diferenças, decorrentes da forma de inserção de cada país na divisão mundial do trabalho, ambas as experiências formativas estariam submissas à lógica do mercado. Na França, “favorecendo os integrados, os mais qualificados, em síntese, os trabalhadores com melhores vantagens competitivas em relação ao conjunto da população”. No Brasil, servindo a “finalidade de ajuste dos perfis profissionais dos excluídos, dos menos qualificados, dos que têm menos poder de competição por empregos”.

Para atingir tais objetivos, entretanto, governo e patronato dependeriam do envolvimento passivo dos trabalhadores. Daí o empenho em criar instâncias “paritárias”, atraindo os organismos de representação dos assalariados. No caso brasileiro, essa parceria se dá via administração do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e cria novos desafios para os sindicatos. “Aceitar o jogo da negociação, participando dos conselhos tripartites, implica em assumir o risco ... de fortalecer ainda mais os processos de exclusão e diferenciação social. Ausentar-se desse processo, entretanto, significar vir a ter poucas possibilidades de influir para que as necessidades sociais sejam contempladas”.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação do Centro de Estudos Sindicais (CES)

O avesso do capitalismo

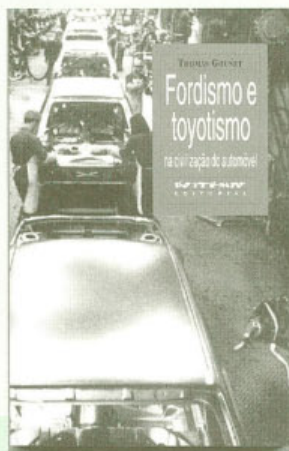
Thomas Gounet, membro atuante do Partido do Trabalho na Bélgica, lança no mercado editorial brasileiro, através da coleção “Mundo do Trabalho”, o livro *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. A coletânea inclui textos sobre o toyotismo enquanto estratégia empresarial numa situação de crise do capital e, assumindo a tese da centralidade do trabalho, desenvolve a crítica da visão reformista da escola da regulação.

O prefácio da edição brasileira é um esforço para situar a particularidade nacional diante da tessitura de uma crise de “sobre-capacidade crônica, como já é o caso na Europa, nos Estados Unidos, no Japão. Uma sobre-capacidade da qual não se escapa e que agrava a crise”. Para o autor, o Brasil “tornou-se, inclusive, objeto de novos experimentos” da indústria automobilística, que se volta para o país numa busca desesperada de novos espaços de acumulação. O resultado dessa ação, movida no contexto e em resposta à concorrência, é a “criação de sobre-capacidades ainda mais gigantescas”.

No primeiro artigo, o autor recupera a importância da indústria automobilística, pioneira na elaboração de estratégias de crescimento centradas na modificação do processo de trabalho, as quais tendem a se ampliar como modelo: primeiro, para o conjunto da indústria automobilística; depois, para toda a base produtiva.

O desenvolvimento do fordismo dá ao capitalismo um padrão de relações industriais que ultrapassa os muros da fábrica; renova o controle sobre a força de trabalho; articula forças, redimensionando o papel do Estado e do sindicalismo; e leva o capitalismo a um período de lucros crescentes.

É nessa perspectiva que Gounet examina as modificações



***Fordismo e toyotismo
na civilização do
automóvel.***

**Thomas Gounet, Trad.:
Bernardo Joffily,
Boitempo Editorial,
São Paulo, 1999**

POR EURENICE OLIVEIRA LIMA

introduzidas no processo de trabalho no Japão do pós-guerra, em sua fase monopolista; analisa o processo de produção propriamente dito, o trabalho em equipe, o *kanban*, o gerenciamento “*by stress*”, a flexibilidade do trabalho, a terceirização, o sindicato-empresa; processos aos quais os trabalhadores resistiram numa luta contra os trusts integrados japoneses. Conforme o autor, “os fabricantes usam a cenoura e o chicote, a garantia do emprego vitalício e o sindicato totalmente atrelado ao patrão, para impor aos seus empregados as mudanças nas condições de trabalho”.

No segundo texto, ele aprofunda a crítica à concepção do “modelo japonês” e aos seus divulgadores, a partir das “teses que os economistas da regulação defendem, as conclusões que extraem, as invencionices que criam sobre a democracia salarial, as concepções que desejam introduzir na classe

operária”, obtendo a regulação dos excessos mais extremados do capitalismo em que aos trabalhadores restaria apenas lutar para conseguir participação nos acréscimos de produtividade. “Os Lipietz e companhia conclamam os trabalhadores a se baterem no interior dessa parcela, sem ver os malefícios que o sistema capitalista lhes acarreta”, sem denunciar os danos ecológicos do liberal-produtivismo ou a pilhagem do terceiro mundo.

Para o autor, a análise do capitalismo atual só tem sentido se “trabalhar para organizar os operários, para que eles representem uma força coletiva”, mostrando “que é fundamentalmente o sistema capitalista a causa de suas aflições”. As idéias do autor, aqui rapidamente esboçadas, indicam que o livro é recomendado para pesquisadores, políticos, intelectuais, sindicalistas e demais militantes.

Como diz na apresentação o sociólogo Ricardo Antunes, coordenador da coleção *Mundo do Trabalho*, “pode-se, por certo, discordar de elementos da formulação política militante de Gounet, mas não se pode deixar de reconhecer que ele realiza uma crítica consistente, quase sempre demolidora, do toyotismo. Este fato se constitui, talvez, no principal mérito deste livro: ser um apoio importante na ação de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras na luta contra as formas contemporâneas da precarização do trabalho”.

Eurenice Oliveira Lima é mestre e doutoranda em ciências sociais na Unicamp/SP

Os limites do trabalhismo

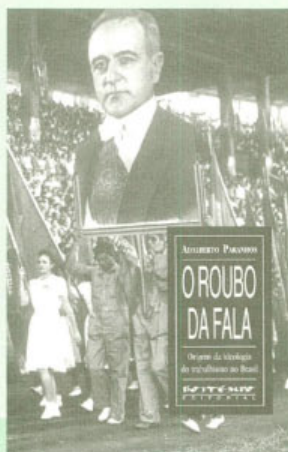
O livro de Adalberto Paranhos aborda a constituição da ideologia do trabalhismo no Brasil. De antemão, podemos afirmar que o tema do livro em si já constitui um ato de resistência, pois nestes tempos pós-modernos utilizar-se de conceitos tão abominados como ideologia, Estado, luta de classes é, sem dúvida, cavar uma trincheira no campo das idéias mais avançadas.

Uma das teses centrais do livro é que a de que a “ideologia do trabalhismo” não foi uma simples “invenção” da burocracia estatal. Ela é um produto da luta de classes ocorrida no Brasil durante as primeiras décadas deste século. Seria um “eco distorcido destas lutas”.

A burocracia do Estado pós-30 procuraria apropriar-se da palavra dos operários, reelaborando-a. A ideologia do trabalhismo seria resultado dessa luta no interior da sociedade e não “produto do mero cálculo interesseiro (...) dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congêntas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras”.

Segundo o autor, o núcleo duro da ideologia do trabalhismo é o mito da doação da legislação trabalhista. Ele faria parte da estratégia “de tentar apagar da memória política dos trabalhadores as lutas que (...) vinham desenvolvendo pelo reconhecimento dos seus direitos (...). A ideologia do trabalhismo alimentou a reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras”.

O período que o autor mais se detém é entre 1942 e 1943. Nele o mito da doação ganhou corpo. Marcondes Filho, ministro do Trabalho nesta fase, será um homem-chave no processo de divulgação em massa deste mito, associado ao nome de Getúlio Vargas. Esta ofensiva no campo da propaganda “representou, na



***O roubo da fala –
origens da ideologia do
trabalhismo no Brasil.***
Adalberto Paranhos,
Boitempo Editorial,
São Paulo,
1999

POR AUGUSTO BUONICORE

realidade, uma das principais respostas articuladas por Vargas e seus seguidores para tentar sobreviver à crise que abalaria, de alto a baixo, o regime”.

Especialmente após o golpe de 1937, o governo “se lançará numa verdadeira operação de dessignificação e ressignificação relativamente a umas tantas tradições e concepções incorporadas à história do movimento operário no Brasil”. Talvez o maior exemplo disso seja a metamorfose ocorrida quanto ao significado do 1º de maio. De data de luta dos trabalhadores, passa a ser uma festa cívica de louvação a Vargas, um espaço para anunciar suas “doações” aos brasileiros.

Mas o autor busca desmascarar a tese de que o Estado varguista teria exercido pleno controle ideológico sobre as classes trabalhadoras e que a política trabalhista implantada por Vargas teria tido total sucesso no silenciamento da voz dos operários.

Segundo ele, estas análises, no geral, “silenciam sobre a prática e o discurso dos trabalhadores” durante o Estado Novo.

Para o autor, “o controle policial dos sindicatos e a doutrinação trabalhista massiva não foram o bastante para suprimir a reelaboração da ideologia do trabalhismo com base na situação de classe das classes trabalhadoras (...) Aqui e ali, é possível reunir indícios de insatisfação e resistência, para além da tão apregoada ‘unanimidade’ do apoio a Vargas e ao regime”.

Portanto, conclui Paranhos: “Nem tudo transcorreu conforme o desejo dos ideólogos do ‘Estado Novo’. Nem o ‘Estado nacional’... nem Getúlio... alcançaram o ‘pleno sucesso’ almejado, apesar de terem vivido dias de glória”.

Apesar de polêmico, o livro de Adalberto Paranhos tem vários méritos. Entre eles, um destacado por Caio Navarro de Toledo, no seu prefácio. “O leitor está diante de um texto que, lucidamente, não se dirige apenas para os iniciados da academia ou para os que freqüentam cenáculos mais privilegiados e restritos. Ao contrário de alguns trabalhos universitários, aborrecidos e herméticos, estamos diante de um texto ágil e fluente, escrito de forma clara, concisa e com alusivas e sonoras metáforas musicais. Um livro escrito com rigor e rítmica”.

Augusto Buonicore é historiador e doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP

NOVA FASE

Nosso país vive uma grave crise. As elites estão tentando impor um novo modelo de dominação, que subordina totalmente nossa economia ao capital financeiro internacional. E querem impor novas regras, novas relações sociais na produção, para garantir suas altas taxas de lucro. Diante disso, o movimento dos trabalhadores, e em particular o movimento operário, precisa refletir, debater e buscar novas saídas que consigam mobilizar as multidões e construir um projeto popular alternativo. Nesse processo, certamente a revista **Debate Sindical** cumpre um papel fundamental.

João Pedro Stédile
Membro da coordenação nacional do
Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra (MST)

A luta no campo das idéias contra as concepções neoliberais cumpre um papel de enorme importância para o sindicalismo. A **Debate Sindical**, agora de cara nova, mais moderna, bonita e agradável, traduz com muita seriedade e amplitude os pontos de vista avançados daqueles que lutam por uma sociedade mais democrática e justa. Sua leitura é indispensável para todos nós.

Wagner Gomes
Membro da executiva nacional da
CUT e coordenador da Corrente Sindical
Classista

É através de revistas que tratam com conteúdo os principais dilemas do movimento sindical que os militantes da esquerda socialista se capacitam para enfrentar o desmonte neoliberal. Por isso, fiz questão de ser assinante desse importante instrumento de informação e formação, que é a revista **Debate Sindical**.

Jorge Martins
Membro da executiva nacional da
CUT e integrante da Alternativa
Sindical Socialista (ASS)

Globalização da economia,
reestruturação produtiva, flexibilização

de direitos ... É o capital aumentando a exploração sobre os trabalhadores para aumentar a sua lucratividade. Debater nossas alternativas, socializar experiências, organizar a resistências ... globalizar a luta! Este é o desafio. A **Debate Sindical** é uma publicação que, sem dúvida, contribui muito neste processo. Sucesso aos companheiros nesta nova fase da revista.

José Maria de Almeida
Membro da executiva nacional da
CUT e integrante do Movimento
Tendência Socialista (MTS)

Noutro dia tomei conhecimento que sou a campeã de venda de assinaturas da **Debate Sindical**. Mas nesta nova fase da revista e, consequentemente, com o saldo de qualidade da mesma, fica fácil ser campeã de vendas (...). Tenho recebido elogios à revista de ativistas sindicais das mais diversas forças, mas também de acadêmicos que a utilizam cada vez mais em sua elaboração. Como leitora, sinto-me satisfeita por receber uma revista plural, informativa e formativa".

Sônia Corrêa
Coordenadora da CES/RS

Quero parabenizar a **Debate Sindical** pela nova cara e pelas excelentes matérias publicadas. Faço pós-graduação em economia e gestão de relações do trabalho na PUC/SP. Tenho acompanhado todos os artigos que tratam destes temas e a revista tem me ajudado muito. As visões diferenciadas contribuem para melhor análise das adversidades que envolvem a política econômica e seu impacto no mercado de trabalho. O conteúdo teórico da revista também tem orientado muito o trabalho que desenvolvo na Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

Adelir da Veiga
Economista e assessor de planejamento
da Fenafar/SP

REGRESSÃO TRABALHISTA

O segundo número da **Debate**

Sindical com "cara nova" ficou melhor ainda. Ele corrigiu um erro da edição anterior, que foi o excesso de artigos sobre conjuntura - o que tornou a revista um pouco repetitiva. Destaques para a coluna do Marcio Pochmann, curta, precisa e primorosa; para o artigo do Armando Boito sobre os efeitos nefastos do neoliberalismo; e para a matéria de capa - "Os sindicatos e a degradação trabalhista". O balanço que ela faz sobre as várias medidas legislativas de FHC contra os direitos dos trabalhadores ajuda a entender o caráter deste governo neoliberal. Serve para armar os sindicalistas na sua luta pelo "Fora FHC".

Nilton Araújo
Salvador/BA

SINDICATO NACIONAL

A seção de polêmica da **Debate Sindical** é das mais interessantes da revista. Ela ajuda a entender as opiniões em disputa no sindicalismo e, através do embate franco de idéias, a definir as posições que mais servem ao avanço das nossas lutas (...). Na última edição, a polêmica sobre o "sindicato nacional" foi esclarecedora. Por um lado, o presidente da CNM parece ver na estrutura sindical atual a causa de todos os nossos males. Ele faz um duro ataque a "era Vargas", mas não faz nenhum balanço crítico e autocrítico das posturas "propositivas" da CUT, como as expressas no famigerado acordo da previdência, no fiasco das câmaras setoriais, etc. A saída proposta é a maior centralização das estruturas da central, talvez para privilegiar as negociações com o patronato (...). Já os outros dois debatedores alertam para o risco da maior burocratização da CUT. O companheiro Balbino fala ainda do perigo do estímulo ao pluralismo sindical (...). Diante do exposto, não há porque embarcar na canoa furada do "sindicato nacional". Essa proposta não é apenas uma simples mudança de nome, mas sim mais um entrave para o avanço do sindicalismo classista no país.

Edmundo Vasconcelos
Belo Horizonte/MG

GILDA ALMEIDA

4º Congresso da CSC: dez anos de lutas e experiências

O 4º Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), que ocorre em dezembro, no Rio de Janeiro, será um marco na história do sindicalismo brasileiro. Ele acontece num momento de crise estrutural profunda no país, fruto da opção política do governo FHC, a chamada política neoliberal.

No início dos anos 90, a CSC já denunciava que esta política não era a saída para a crise, mas seria sim um desastre para a nossa economia e, conseqüentemente, para a área social. Dito e feito. Estamos no final da década e presenciamos o pior desempenho econômico da história, inclusive se comparado com a “década perdida” de 80.

COLÔNIA DOS EUA

O impacto social desse crescimento negativo tem sido sentido pelos trabalhadores: desemprego crescente, aumento do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, falta de perspectivas para os jovens, criminalidade, etc. Um país não se desenvolve baseado na especulação financeira e na dependência política e econômica. O Brasil está se transformando novamente numa colônia, desta vez dos EUA.

O governo federal e a elite brasileira se submetem à orientação do FMI e dos credores externos. Destruíram nosso parque industrial, privatizaram tudo a preços módicos e o BNDES ainda financia empresas estrangeiras para comprar o que



A palavra de ordem do momento é: ampla unidade para derrotar o governo FHC

resta de nacional. Não satisfeitos, agora partem raivosamente contra o movimento sindical e às conquistas da Constituição de 88, flexibilizando os direitos trabalhistas elementares.

Não é por acaso que o governo e seus deputados apresentam projetos e mais projetos de mudanças na legislação. A mais recente é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 623, que acaba com a unicidade sindical, a representação da categoria, as contribuições financeiras e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

UNIDADE CONTRA FHC

É neste quadro que acontece o 4º Congresso, que comemorará os dez anos de luta da CSC. O desafio é utilizar toda a experiência acumulada neste período para unificar e organizar os trabalhadores na luta contra a ofensiva neoliberal. É sabido que o movimento sindical

têm vícios e problemas e que há necessidade de se buscar formas mais adequadas de organização. Mas não é hora de cair na armadilha governista da “livre organização”. Este discurso camufla as suas reais intenções e leva ao enfraquecimento e pulverização do sindicalismo, permitindo vitórias do capital sobre o trabalho e da política neoliberal sobre a população.

A palavra de ordem no momento é: *unidade para derrotar FHC*. Enquanto perdurar este governo, a tendência será a do aprofundamento do quadro de crise. Neste sentido, a organização, a unidade e a luta dos trabalhadores faz-se necessária e urgente. A “marcha dos 100 mil”, em agosto, comprovou que os trabalhadores, através das suas organizações sindicais, têm capacidade de resistência para enfrentar o governo.

ORGANIZAÇÃO INSUFICIENTE

O congresso vai refletir a força quantitativa e qualitativa crescente da CSC, que durante estes dez anos constituiu-se numa referência para a atuação de centenas de sindicatos e no interior da CUT. O crescimento da CSC, com a conquista de postos estratégicos, foi visível. Porém, ainda é insuficiente para dar conta das tarefas e desafios colocados. A organização da CSC nos estados e por ramos de atividades é questão decisiva no momento, é estratégica para o seu contínuo crescimento.

A meta é acumular mais forças para lutar pelos interesses da maioria dos trabalhadores e conquistar um país que tenha um modelo de desenvolvimento econômico nacional independente, que seja justo e igualitário e que todos possam desfrutar de uma vida melhor, sem desemprego e sem miséria.

Gilda Almeida é presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, integrante da executiva da CUT e da coordenação nacional da CSC

01.12.89

O BANCÁRIO

Jornal do Sindicato dos Bancários da Bahia

01.12.99

DOIS MOMENTOS UMA SÓ LUTA

Hora de decisão na Caixa e no BB

INFORMATIVO DIÁRIO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA COMPLETA 10 ANOS

EU QUERO É MAIS...

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

Filiado à CUT

Av. Sete de Setembro, 1001 - Mercês • TEL. INTERATIVO: 534-4010 •

HOMEPAGE: <http://www.svn.com.br/sbba> • E-MAIL: sbba@svn.com.br

Tel. (0__71) 329-2333 • Fax. 329-2369



*Para quem
busca
soluções
criativas,
comunicação
integrada faz diferença.*

Marketing Político

Planejamento estratégico

Campanhas de propaganda

Produção e edição de jornais, revistas e informativos

Publicação de editais e anúncios

Assessoria de imprensa

Produção de folders, banners, cartazes e outdoors

Organização de eventos

Século

Comunicação Integrada



Rua Paulo Franco, 668 - Lapa - São Paulo/SP - CEP 05305-031

Fone: (0__11) 3644-6928 - Internet: www.seculonet.com.br - E-mail: seculo@seculonet.com.br